

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

**O SERVIÇO SOCIAL E A LUTA FEMINISTA
NA SOCIEDADE DE CLASSES**

FERNANDA ZENI DE AVILA

Porto Alegre

2017

FERNANDA ZENI DE AVILA

**O SERVIÇO SOCIAL E A LUTA FEMINISTA
NA SOCIEDADE DE CLASSES**

Trabalho de Conclusão de Curso realizado como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Thaísa Teixeira Closs

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Avila, Fernanda Zeni de
O serviço social e luta feminista na sociedade de
classes / Fernanda Zeni de Ávila. -- 2017.
94 f.
Orientadora: Tháisa Teixeira Closs.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Psicologia, Curso de Serviço Social, Porto Alegre,
BR-RS, 2017.

1. Serviço Social. 2. Violência contra mulheres..
3. Feminismo. 4. Marxismo. I. Closs, Tháisa Teixeira,
orient. II. Título.

FERNANDA ZENI DE AVILA

**O SERVIÇO SOCIAL E A LUTA FEMINISTA
NA SOCIEDADE DE CLASSES**

Trabalho de Conclusão de Curso realizado como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: ____ de _____ de _____.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Thaísa Teixeira Closs

Prof.^a Dr.^a Tatiana Reidel

Porto Alegre

2017

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Roselaine, minha querida mãezinha, meu exemplo de mulher forte. Ao meu pai, Dilceu e seu ímpeto de salvar vidas. Ao meu irmão Fernando pelo olhar curioso de quem me admira e por quem nutro um imenso amor. Aos três pelo amor, compreensão e fé que depositaram em mim, sem vocês eu não seria quem sou e não chegaria onde estou. E em memória da tia Valdinha que sempre me incentivou a buscar meus sonhos, onde quer que esteja tia querida você foi meu exemplo também.

À minha família extensa, minhas avós, exemplos de resistência, avô, tias/tios e primas, especialmente Jaqueline, Bruna, Paula e Roberta, nossa infância juntas está guardadinha no meu coração. A todos os parentes pela colaboração, cada uma/um à sua maneira para que eu pudesse passar esses anos todos fazendo faculdade na capital.

Ao Gui, por esses anos desde o início da jornada acadêmica e militância no movimento estudantil, onde nos encontramos como colegas, nos tornamos companheiros e há três anos somos o amor da vida um do outro, muito obrigada por caminhar ombro a ombro comigo meu bem. À Rita, minha sogra, que me acolheu carinhosamente em sua casa como filha nesse último ano, me dando todo suporte para conseguir conciliar trabalho e estudos.

Às minhas amigas peregrinas: Mari, Ba, Carol, Márcia, Elis, Cari, Lui, amo tudo o que somos porque nos tornamos o que somos juntas. Vocês são os tesouros dessa jornada acadêmica que eu levo pra vida toda e são meus exemplos de mulheres guerreiras. Especialmente Lui, com quem eu dividi as alegrias e lágrimas do estágio com mulheres vítimas de violências e com a população prestadora de serviços comunitários. Amiga você me ensinou muito sobre autocuidado e fortalecimento. Às amigas do grupo de trabalhos alcoólicos, especialmente a Jessi, companheira de final de jornada e de TCC, com a qual pude trocar admiração, afeto, festas, alegrias e angústias.

Às colegas dos estágios obrigatório e não-obrigatório com as quais pude aprender muito, em especial Fernanda Teló com quem eu pude aprender e trocar nos últimos meses dessa jornada. Às minhas supervisoras de estágios: Fran, Greice, Ju, Mari, essas grandes mulheres e grandes profissionais nas quais eu me inspiro. À todas e todos os trabalhadores dos serviços por onde passei enquanto estudante, bolsista, estagiária.

Às minhas amigas e amigos de infância em Novo Barreiro: Gica, Kali, Andressa, Clau, Maninha, Lu, Ale, Joe e Kauê. Principalmente ao Kauê, migo de quem eu me orgulho tanto, juntos planejamos tantos sonhos e pude ver realizá-los todos e que hoje me ajuda na correção deste trabalho.

Aos meus professores de Muay Thai da Academia DK1 Daniel Zambrozuski e Paula Hostyn pelo carinho, incentivo e dedicação nos treinos sempre! Às minhas companheiras de academia DK1, principalmente Daia, Ana, Renata, Cris com quem também dividi os momentos finais desse processo.

À família Cecílio: Mari, Mi, Eliane, Rogério, pela acolhida e todo carinho desde que cheguei em Porto Alegre, sendo recebida e cuidada como uma filha, muito obrigada, vocês foram fundamentais para que eu pudesse começar essa jornada.

Às integrantes do Ninho, especialmente Patri, Thai, Polop e Aruanda, que me ensinaram que somos guerreiras e fortes juntas, obrigada pelos dois anos de convivência e amor. Às/aos companheiras/os do Movimento de Casas de Estudante UFRGS, especialmente a Rai, amiga que amo, admiro e me identifico muito. E do Movimento Estudantil de Serviço Social, especialmente às/os colegas que fizeram parte comigo das gestões do Centro Acadêmico de Serviço Social UFRGS.

Às/aos minhas/meus camaradas de organização do movimento estudantil e sindical: Outros Outubros Virão e Intersindical, com vocês aprendo a derrubar o véu que cobre nossos olhos para que possamos lutar melhor por um mundo melhor, aprendo sobre o significado das palavras de (des) ordem: SEM FEMINISMO NÃO HÁ SOCIALISMO! SÓ A LUTA MUDA A VIDA! FIRME!

Às minhas professoras/res do curso de Serviço Social que sempre se dedicaram para dar o melhor de si, me mostraram os caminhos para as descobertas que me levaram a ser a mulher e profissional que me constituo hoje e nas quais também me inspiro.

Por fim, mas não menos importante, agradeço duas mulheres: minha orientadora querida, prof. Thaísa Teixeira Closs, que aceitou o convite para pegar o trem nas últimas estações dessa viagem, mesmo sem saber ao certo onde ele iria parar, me ajudou a abrir os caminhos por onde ele deveria seguir. Obrigada por toda calma, compreensão e entusiasmo, foste muito importante nesse momento. E à minha supervisora acadêmica de estágio obrigatório no CRM – Patrícia Esber, nesse momento arguidora deste trabalho, prof.^a Tatiana Reidel, com a qual tive uma história muito forte de aprendizado, alegrias, lágrimas, descobertas, dúvidas e certezas. Taty querida fostes essencial para meu processo de agarrar a profissão com as duas mãos na luta pelo fim da violência contra as mulheres, muito obrigada por me segurar com as tuas mãos tantas vezes também.

RESUMO

Este trabalho tem como temática central o Serviço Social e a luta feminista a partir de uma perspectiva classista, portanto, fundamentando-se no referencial marxista. Destaca-se a relevância do tema para a sociedade na luta contra a exploração capitalista, bem como para o Serviço Social, profissão constituída majoritariamente por mulheres. O objetivo do trabalho é contribuir para a discussão da relação do Serviço Social com a luta feminista anticapitalista no intuito de identificar as potencialidades da profissão no trabalho político/educativo com mulheres em situação de violência. Assim, o trabalho teve como metodologia a pesquisa bibliográfica em periódicos da área. Inicialmente, discute o sistema patriarcal-racista-capitalista no Brasil, situando tanto a violência contra as mulheres, como as resistências sociais feministas enquanto expressões da Questão Social. Posteriormente, problematiza a interlocução do Serviço Social com o feminismo classista, baseando-se nos parâmetros de atuação profissional a partir do Projeto Ético-Político da profissão, materializados no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas diretrizes de formação profissional. A partir dessas premissas situa a dimensão socioeducativa do trabalho profissional, problematiza-se as possibilidades de intervenção profissional na construção de uma sociedade livre de exploração de raça/etnia, sexo e gênero, construção de uma sociedade socialista, na busca pela emancipação humana, tematizando a experiência de estágio obrigatório em Serviço Social em um Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência.

Palavras-chaves: Serviço Social. Violência contra mulheres. Feminismo. Marxismo.

ABSTRACT

This work has as its central theme the Social Service and the feminist struggle from a class perspective, therefore, based on the Marxist referential. Emphazing the relavance of this topic/theme to society on the fighting against to capitalistic exploration, as well as to social service, this profession is predominant female. The goal of this work is contribute for a discussion about social service's relation with anticapitalistic feminist fight focousing on the identification from the political and education job potencial at the situation women violence. Therefore, the article has had as a method: the periodic area report on bibliographic search. Initially, it discusses the patriarchal-racist-capitalist system in Brazil, placing both violence against women and feminist social resistance as expressions of the Social Question. Subsequently, it problematizes the interlocution of the Social Service with the class feminism, based on the parameters of professional performance from the Ethical-Political Project of the profession, materialized in the Code of Professional Ethics, in the Law of Regulation of the Profession and in the directives of professional formation. Based on these premises, the socioeducative dimension of professional work is analyzed, the possibilities of professional intervention in the construction of a society free of race/ethnicity, sex and gender, construction of a socialist society, in the quest for human emancipation, the experience of mandatory internship in Social Service in a Reference Center for Women Victims of Violence.

Keywords: Social Service. Violence against Women. Feminism. Marxism.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População residente por cor, sexo e raça (percentual) Canoas/2010.....	57
Tabela 2: Temas das assembleias, número de presentes e síntese do debate	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Fluxograma de atendimento no CRM Patrícia.....	62
--	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Primeira assembleia do projeto de intervenção.....	80
Foto 2: Cartaz produzido na primeira assembleia do projeto de intervenção	80
Foto 3: Cartaz produzido na primeira assembleia do projeto de intervenção	82
Foto 4: Terceira assembleia do projeto de intervenção	84

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A LUTA FEMINISTA NA SOCIEDADE DE CLASSES.....	15
2.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SISTEMA PATRIARCAL-RACISTA-CAPITALISTA NO BRASIL.....	15
2.2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL	24
2.3. TRAJETÓRIA DAS LUTAS FEMINISTAS E CONQUISTAS NO BRASIL.....	31
3. O SERVIÇO SOCIAL E A LUTA FEMINISTA.....	46
3.1. SERVIÇO SOCIAL E FEMINISMO: IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO PROFISSIONAL	46
3.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL	57
3.3. PROJETO DE INTERVENÇÃO - O SERVIÇO SOCIAL E AS DEMANDAS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS: CONSTRUINDO FORTALECIMENTO E AUTONOMIA	71
CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS	89

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul é uma síntese do processo acadêmico iniciado nessa universidade em março de 2012. A trajetória que traz ao presente momento está de alguma forma, descrita nessas páginas. Tratam-se das vivências de uma estudante trabalhadora, oriunda de família de agricultores pobres do interior do estado do Rio Grande do Sul (município de Novo Barreiro com 6 mil habitantes), que chegou em Porto Alegre com 14 anos para morar numa casa de formação da Congregação Católica das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora Aparecida, que voltou para Novo Barreiro aos 16 anos e entrou na UFRGS aos 17 anos cheia de expectativas. Tais vivências ensinaram muito sobre a luta feminista. As condições a que se teve e não teve acesso na universidade pública – ainda uma instituição usufruída, majoritariamente para os filhos da burguesia e classe média, apesar das lutas pela sua democratização- mostraram que só mesmo a luta é que muda a vida.

O curso de Serviço Social e o movimento estudantil da UFRGS a propiciou o desenvolvimento pessoal, militante e profissional. O estágio Obrigatório em Serviço Social no Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violências – Patrícia Esber possibilitou o aprendizado de que a luta feminista é árdua, mas vale a pena. Escolheu-se uma profissão que, apesar de conter contradições como qualquer profissão nessa sociedade, é a que mais aproxima da realidade e possibilitou construir junto com usuárias e usuários das políticas sociais alternativas de enfrentamento às profundas desigualdades engendradas pelo sistema capitalista.

A partir da experiência de estágio realizada no Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violências – Patrícia Esber, bem como da experiência do projeto de intervenção executado - que buscou refletir com as usuárias do CRM – Patrícia Esber sobre a importância da participação social das mulheres nas lutas por direitos - verificou-se a necessidade de se resgatar a trajetória de lutas que desencadearam a conquista de direitos para as mulheres trabalhadoras brasileiras, em especial as políticas voltadas para as mulheres vítimas de violência de gênero.

A violência contra a mulher é uma das expressões da questão social, objeto de trabalho dos/das assistentes sociais, se caracteriza por qualquer ação ou conduta, baseada no gênero,

que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado (CLADEM, 2000). Tal violência é fruto da sociedade patriarcal-racista-capitalista. No Brasil as taxas de assassinato de mulheres, classificadas a partir da lei Lei do Feminicídio (13.104/2015) são extremamente altas. Segundo o Mapa da Violência:

Entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários. Levando em consideração o crescimento da população feminina, que nesse período passou de 89,8 para 99,8 milhões (crescimento de 11,1%), vemos que a taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passa para 4,8 em 2013, crescimento de 8,8% na década. Limitando a análise ao período de vigência da Lei Maria da Penha, que entra em vigor em 2006, observamos que a maior parte desse aumento decenal aconteceu sob égide da nova lei: 18,4% nos números e 12,5% nas taxas, entre 2006 e 2013. Se num primeiro momento, em 2007, registrou-se uma queda expressiva nas taxas, de 4,2 para 3,9 por 100 mil mulheres, rapidamente a violência homicida recuperou sua escalada, ultrapassando a taxa de 2006 (...). (WASELFSZ, 2015, p. 13).

Os dados demonstram também que a incidência da raça/cor faz com que mulheres e meninas negras sejam as mais assassinadas, vítimas não só da violência de gênero como também do racismo instituído nessa sociedade. Conforme aponta Waiselfisz (2015, p. 73) “Em 2013 morreram assassinadas, proporcionalmente ao tamanho das respectivas populações, 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas. – Houve, nessa década, um aumento de 190,9% na vitimização de negras.”.

A luta contra as opressões de gênero, raça e sexualidade vivenciada pelas mulheres deve estar aliada à luta contra a exploração de homens e mulheres produzida pelo sistema econômico capitalista que corrobora e se beneficia das opressões. Por isso é de extrema relevância que se contribua para o processo de consciência de classe das mulheres e homens trabalhadores e das lutas de sua classe, entre elas a do fim do patriarcado e a violência racista. Esta deve ser uma pauta da luta enquanto classe, pois estas opressões beneficiam em última instância e em muito maior grau o sistema econômico vigente e seus representantes.

Esse tema é, por sua vez, de extrema relevância para o Serviço Social, profissão que possui projeto ético-político direcionado para o horizonte da emancipação humana, para o fim da exploração capitalista. Projeto vinculado a um “processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24). Numa sociedade historicamente determinada pela exploração do sistema capitalista que

produz profundas desigualdades de classe, gênero, etnia e raça é imprescindível que o Serviço Social contribua para que mulheres e homens trabalhadores se vejam enquanto tais, sofrendo inúmeras expressões de desigualdades, e passem a lutar junto à sua classe pelo fim de todo tipo de exploração, de contradições inerentes a esse sistema. O debate trazido por este trabalho visa contribuir nesse sentido em consonância com o código de ética da profissão quando este traz em seus princípios V e IV a necessidade de equidade, justiça social e empenho na eliminação de preconceitos (CFESS, 2012).

Além disso, a discussão sobre os movimentos feministas e as lutas travadas no cenário brasileiro é de extrema relevância para o Serviço Social, haja vista a profissão ser composta em sua maioria por mulheres e ter como público das políticas sociais predominantemente mulheres trabalhadoras negras e pobres. Essas mulheres em geral são responsáveis pela educação, cuidado e garantia de subsistência de toda a família e muitas vezes são privadas da participação da vida política da sua comunidade ou mesmo do país em decorrência das desigualdades sociais que criam dificuldades em conseguir o mínimo básico para sobreviver além da desigualdade de gênero.

Em relação à participação social das mulheres na vida política, o Serviço Social, como importante profissão atuando dentro das políticas públicas, possui um projeto ético-político que visa a participação das trabalhadoras e trabalhadores na luta pelo fim dessa sociedade baseada na opressão de uma classe social - detentora dos meios de produção e reprodução da vida – sobre outra – a que vive da venda da força de trabalho. Nesse sentido é uma profissão que possui uma dimensão socioeducativa. Por isso, reforça-se o significado e a importância dessa dimensão no trabalho com mulheres vítimas de violência e na problematização de suas demandas com vistas a garantia de seus direitos.

Atualmente vivenciamos um período de crise do capitalismo onde diversas conquistas da classe trabalhadora tanto na forma de políticas públicas, direitos trabalhistas e de aposentadoria, por exemplo, estão sendo retirados, diminuídos, extintos. Além disso, na atual conjuntura, presencia-se a extinção de secretarias e ministérios, diminuindo assim ainda mais profissionais, recursos e conseqüentemente a qualidade dos serviços ofertados à população trabalhadora.

A Medida Provisória nº 726, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de maio, estabelece a nova organização da Presidência da República e dos Ministérios que compõem o governo federal. O documento informa a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, cujas competências foram transferidas para o recém criado Ministério da Justiça e Cidadania. (SEPPIR, 2016, p. 40).

Nesse sentido este trabalho busca analisar o processo de resistência das mulheres na luta contra o fim da opressão-exploração. Busca apontar o reconhecimento da força das lutas, seus limites e perspectivas para o trabalho profissional com mulheres vítimas de violência, além de dar visibilidade para o tema com intuito de contribuir no horizonte de novas conquistas. O ano de 2017 foi marcado pela resistência das mulheres em defesa de seus direitos contra os retrocessos pautados pelo conservadorismo e a palavra de ordem “seguiremos na luta até que todas e todos sejamos livres!” se fez presente neste ano e continuará presente nas vozes das mulheres pelo Brasil.

Para fins de organização e exposição do processo de reflexão e síntese da trajetória de formação profissional, este trabalho está dividido, para além dessa introdução, em mais três partes. A primeira se constitui numa breve análise sobre o sistema patriarcal-racista-capitalista no Brasil, sobre a subalternidade e a violência contra as mulheres como expressão da Questão Social, que origina uma trajetória de lutas e resistências das mulheres no enfrentamento às desigualdades e à violência e que culmina em conquista de direitos pelo mundo todo e no Brasil, com as políticas voltadas ao enfrentamento à violência de gênero.

A segunda parte diz respeito ao papel do Serviço Social na luta feminista e o trabalho socioeducativo desta profissão no Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência – Patrícia Esber, na busca pela construção de participação política das mulheres usuárias do CRM e de uma consciência feminista, com o horizonte na consciência de classe e na emancipação humana. Por fim, tem-se as considerações finais como uma síntese desse processo e das reflexões aqui discutidas a partir da interlocução entre feminismo e marxismo na construção das bases para uma nova sociabilidade, onde não haverá classes sociais ou subalternidade.

2. A LUTA FEMINISTA NA SOCIEDADE DE CLASSES

2.1. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SISTEMA PATRIARCAL-RACISTA-CAPITALISTA NO BRASIL

Para o debate acerca do patriarcado e do racismo no Brasil é necessário contextualizar sobre qual base econômica essas opressões se sustentam e se reproduzem na sociedade, ou seja, sobre o modo de produção capitalista. Dito isto, serão feitas algumas considerações neste trabalho acerca do sistema capitalista a partir do materialismo-histórico-dialético desenvolvido por Karl Marx e Friederich Engels. Desse modo, a investigação busca sair do plano da aparência e adentrar na essência real do objeto pesquisado, sendo uma ferramenta que contribui para a identificação e construção de ações e estratégias que visam a superação das contradições expressas na sociedade capitalista contemporânea.

O modo de produção capitalista é oriundo de um processo de desenvolvimento das forças produtivas materiais da humanidade que culmina em processos revolucionários por todo o mundo (Revolução Burguesa, entre os séculos XVIII e XIX). Esse momento traz à tona um novo modo de produzir e reproduzir a vida. Nesse sentido, enfatiza-se que:

(...) na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política, e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1982, p. 25).

A partir da concepção acima referida, busca-se compreender a relação entre a base material da sociedade capitalista e sua relação com a superestrutura, ou seja, com as formas jurídica, política e de consciência social dela derivadas. Nesse sentido é preciso considerar que o sistema capitalista é um modo de produção gestado dentro da antiga sociedade feudal. Sendo a principal particularidade do capitalismo a exploração do trabalho convertido em mercadoria, entende-se que trabalho:

(...) é, antes de tudo, um processo entre o homem e natureza, processo em que este homem, por sua própria ação medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...) A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para sua própria vida ele põem em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (...) Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes ao do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha e o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2013, p. 255-256).

Nesse sentido, entende-se que há uma dimensão ontológica da categoria trabalho, realizado pelos seres humanos enquanto produção da vida. Mas quando o trabalho passa a ser absorvido pela sociedade dividida em classes como ferramenta para manutenção dos lucros da classe que detém os meios de produção, em detrimento da classe possui apenas a sua força de trabalho para sobreviver, o trabalho passa a ser alienado de quem o produz.

Assim, cria-se a relação onde o trabalho se vincula a uma produção que não mais diz respeito a satisfação das necessidades de quem o produz individualmente, mas sim a um consumo criado para a manutenção da ordem social vigente. Nas palavras de IAMAMOTO (2014, p. 48):

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história de autoalienação humana. Resulta na progressiva reificação das categorias econômicas, cujas origens se encontram na produção mercantil. O pensamento fetichista transforma as relações sociais, baseadas nos elementos materiais da riqueza, em atributos de coisas sociais (mercadorias) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro).

Saffioti (2013) refere que o sistema econômico capitalista eleva ao máximo todas as contradições presentes nas sociedades anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho. A divisão social do trabalho marcou uma ruptura entre “valor de uso” e “valor de troca” dos produtos oriundos do trabalho humano (SAFFIOTI, 2013). Estando valor de uso de um produto diretamente relacionado com a

satisfação das necessidades humanas e o valor de troca relacionado com a dimensão quantitativa desse produto, a autora explica que:

a partir do momento, entretanto, em que o valor de troca penetra todos ou a maioria dos artigos produzidos, estes se determinam como e enquanto mercadorias, e a própria força de trabalho ganha a mesma determinação. A oposição dialética objetiva existente entre valor de uso e valor de troca das mercadorias se subjetiva no momento mesmo da determinação da força de trabalho como mercadoria (SAFFIOTI, 2013, p. 53).

No capitalismo, portanto, “o trabalhador participa do mercado não apenas enquanto comprador de mercadorias, mas ainda, e precedentemente, como vendedor de força de trabalho.” (SAFFIOTI, 2013, p. 54). Nessas circunstâncias, Marx (1982) explica que a produção, distribuição, troca e o consumo de mercadorias são elementos de uma totalidade na relação social, onde na produção recomeça, sem cessar, o processo. Nessa reprodução da vida, a partir de uma base econômica concreta pautada pela exploração do trabalho, há uma superestrutura onde se encontram um aparato jurídico, político e ideológico que servem para a legitimação da ordem de exploração e opressão.

É dessa contradição entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da humanidade e a relação social de produção - que se configura atualmente como capitalista - que se produzem as desigualdades sociais e se reproduzem as opressões (patriarcal, racista, LGBTTFóbica). Nessa contradição também há as resistências, ou seja, a luta de classes. Nessa contradição entre capital e trabalho - Questão Social - encontramos as diversas formas de dominação e exploração do capitalismo.

É a partir dessas concepções que entende-se a centralidade da categoria trabalho e sua articulação com as formas de dominação e exploração (patriarcado e racismo) apropriadas pelo capitalismo para aumentar a exploração do trabalho e que constituem a formação social brasileira. Compreende-se que há um processo dialético, onde “novo e velho coexistem até que prevaleça o primeiro, sem, contudo, desaparecer completamente o velho, que se apresenta de outras formas.” (SAFFIOTI, 2015, p. 71), deste modo, o sistema de dominação-exploração patriarcal-racista existente nas sociedades pré-capitalistas, ganha outra qualidade, mas continua existindo na sociedade burguesa (SAFFIOTI, 2013).

O capitalismo na realidade brasileira se particulariza e se articula com o sistema de dominação-exploração patriarcado e o racismo para potencializar a exploração da força de

trabalho feminina, negra e indígena. Define-se por sistema patriarcal um “pacto social entre os homens no sentido de garantir privilégios, exploração e dominação” (DANTAS; CISNE, 2017, p. 79). Saffioti (2015) ressalta que este sistema constitui-se há milênios da história mais próxima da humanidade, nos quais implantou-se uma hierarquia entre homens e mulheres, sendo o homem considerado superior à mulher. Ainda em relação a esse sistema:

O patriarcado tem suas bases fundidas na propriedade privada e no domínio e exploração dos homens sobre as mulheres. Tal estrutura ultrapassa os domínios da esfera privada tomando todas as dimensões da vida social, inclusive a esfera do Estado. A naturalização das desigualdades entre os sexos se enraíza nas diversas relações sociais e legitima a dominação dos homens sobre as mulheres ao ponto de sua engrenagem funcionar independentemente da presença direta da figura do patriarca. (DANTAS; CISNE, 2017, p. 79).

Essa relação de subordinação, criada para manter a consciência das mulheres longe da apreensão de sua condição de classe, raça/etnia e sexo, permeia todas as esferas da vida das mulheres, sendo as mulheres negras as mais afetadas. Segundo Cisne (2015, p. 22) “Há, portanto, uma nítida hierarquia que revela desigualdades no interior de uma mesma classe. Tal hierarquia da estrutura da desigualdade social segue a seguinte ordem: homens brancos, mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras.”. Sobre o sistema patriarcal, Cisne e Dantas (2017, p. 79) ressaltam que:

Não concebemos, portanto, a dominação patriarcal e a exploração capitalista como dois processos desconexos. Ademais, Saffioti (2004) nos alerta para o equívoco de compreender a opressão como algo meramente cultural e da exploração como algo restritamente pertencente à exploração do trabalho assalariado. Dominação e exploração não operam isoladamente ou em esferas específicas das relações sociais, elas se associam. A formação de ideologias opressoras de dominação, como a patriarcal e a racista, advém de uma base material, o interesse de superexploração que permeia os antagonismos de classe.

Analisando o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é possível perceber que as relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia e classe operam dialeticamente. Saffioti (2013) ao discutir a formação econômica brasileira e os mais de três séculos de escravidão negra no Brasil, ressalta que tal formação constituiu uma estrutura econômica que ao longo do processo de industrialização ganha novas determinações, marcadas também pela ideologia racista e sexista que vai determinar o modo como mulheres e homens negros/os e indígenas serão inseridos no contexto da vida social no Brasil. Ressalta-se que:

Sexismo e racismo são irmãos gêmeos. Na gênese do escravismo constava um tratamento distinto dispensado a homens e a mulheres. Eis porque o racismo, base do escravismo, independentemente das características físicas ou culturais do povo conquistado, nasceu no mesmo momento histórico em que nasceu o sexismo. (SAFFIOTI, 2015, p. 132).

Nesse sentido, enfatiza-se as particularidades de uma sociedade como a brasileira que se desenvolveu às custas da colonização e escravidão da população indígena e africana. Sobre o desenvolvimento desta sociedade, Santos (2012) refere que há particularidades na Questão Social do Brasil. Sendo Questão Social definida por esta autora como resultante das relações de exploração do trabalho pelo capital, reflete que há de se considerar “elementos históricos singulares do Brasil, aliados às determinações mais gerais do capitalismo quanto à propriedade e às relações de produção” (SANTOS, 2012, p. 434). A autora ressalta que há três eixos centrais para entender essas particularidades. Sendo o primeiro o caráter conservador da modernização do capitalismo brasileiro, conseqüentemente relacionado ao caráter conservador de sua burguesia (SANTOS, 2012). Tal conservadorismo traz consigo a cultura racista e de ordem patriarcal, que se reatualiza nos moldes de desenvolvimento capitalista brasileiro, traduzido na superexploração das mulheres, em especial as negras, lésbicas, travestis e transexuais:

(...) entre as particularidades da “questão social” no Brasil aponto uma perversa associação: de um lado a superexploração do trabalho, cujo valor sempre precisou ser mantido bem abaixo dos padrões vigentes em outros países, notadamente os de capitalismo desenvolvido, para que o país continuasse atrativo aos seus investimentos produtivos; de outro, uma passivização das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob controle do Estado e das classes dominantes. (SANTOS, 2012, p. 437).

O segundo eixo, conforme a autora, são os processos de revolução passiva - a exclusão das massas das decisões políticas, apassivamento da classe trabalhadora - e os períodos ditatoriais que utilizaram fortemente a repressão contra as lutas sociais. Nessa linha, Netto (2005) afirma que a classe dominante – a burguesia brasileira - buscou diversos meios de neutralizar o movimento das forças comprometidas com os processos políticos decisórios em favor da classe trabalhadora, criando uma exclusão das forças populares dos processos de

decisão política, assim considera que a socialização da política é um processo inconcluso no Brasil.

O terceiro e último eixo destacado por Santos (2012) é a centralidade do Estado para a constituição do capitalismo brasileiro. A autora destaca que este se configura num aparato corporativo e coercitivo que intervém nas crises cíclicas e periódicas do capitalismo - investindo principalmente em infraestrutura e socializando os custos desses investimentos com as trabalhadoras e trabalhadores. Este eixo será melhor aprofundado no capítulo 2.3 deste trabalho, mas pode-se adiantar a afirmação de que, conforme Netto (2005) há uma particular relação do Estado brasileiro com as agências da sociedade civil na manutenção dos interesses da classe dominante. Além disso, há um racismo institucionalizado nas práticas repressoras do Estado contra negros/as e indígenas.

Santos (2012, p. 434) destaca ainda os elementos flexibilização/precarização como modalidades de exploração do trabalho praticadas há bastante tempo no Brasil, sendo “(...) princípio estruturante dos postos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro (...)”. Designa tais elementos como ausência de regulação do trabalho, alta rotatividade, subemprego, informalidade.

Essa análise se faz necessária considerando os determinantes raça/etnia e sexo pois, para as mulheres trabalhadoras brasileiras essas são as condições a priori de seus empregos, principalmente as negras, indígenas e pobres. Segundo Falquet (2012 apud Dantas e Cisne, 2017, p. 82) “(...) as mulheres efetuam majoritariamente ‘trabalho de mulheres’ com condições de mulheres (informalidade, precarização, abuso de todos os tipos) (...)”. As autoras Behring e Boschetti (2011, p. 185) trazem dados do Relatório da Comissão Externa da Feminização da Pobreza, do Senado Federal, publicado em 2004, o qual demonstra que:

(...) a proporção de mulheres que se concentra nas ocupações precárias (61%) é 13% superior à proporção de homens nessa mesma situação (54%). No caso das mulheres negras, essa proporção é de 71%, e 41% delas se concentram nas ocupações mais precárias e desprotegidas do mercado de trabalho. A tendência maior da mão-de-obra feminina ao desemprego é acentuada por variáveis de raça. A mulher negra apresenta uma desvantagem marcante nesse aspecto, com 13,6% de desemprego, em relação aos 10% das mulheres brancas. Essa desvantagem se agudiza no caso das mulheres jovens negras, que apresentam taxas alarmantes de desemprego, de 25%. Além disso, no que se refere ao emprego doméstico, as mulheres negras são a maioria. Por essas razões, estas alcançam somente 39% dos rendimentos dos homens brancos.

Esses dados explicitam a condição das mulheres trabalhadoras, que segundo Bruschini (1994) ingressam massivamente no mercado de trabalho no Brasil a partir da década de 1970, marcando uma das maiores transformações sociais ocorrida no país. Entretanto, são necessárias ressalvas sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, pois:

(...) as mulheres pobres, destacadamente as negras, sempre precisaram trabalhar para sobreviver, ou seja, a relação da mulher com o trabalho não é algo novo, ainda que reconheçamos o fenômeno de uma feminização no mundo do trabalho. (DANTAS; CISNE, 2017, p. 81).

Nesse sentido, as contribuições sobre a mulher negra no mundo do trabalho da feminista negra norte-americana, militante no século XX dos Panteras Negras e Partido Comunista dos Estados Unidos da América (EUA), Angela Yvonne Davis, são fundamentais para se entender a complexidade que envolve tal fenômeno. Ainda que na obra *Mulheres, Raça e Classe*, traduzida para o português recentemente pela editora Boitempo (2016), a autora trate da situação dos negros e negras durante e posterior ao período escravidão especificamente nos EUA, centro do capitalismo mundial, é possível considerar que a ideologia racista presente nos EUA e no Brasil imprime algumas características semelhantes nas condições subalternas de vida das populações negras, principalmente no que diz respeito às condições materiais de sobrevivência.

A população negra sequestrada da África e seus descendentes, obrigados a sobreviver por mais de três séculos a cruel instituição da escravidão, que desumanizou-os por meio da exploração racista tanto nos EUA quanto no Brasil, deixou profundas marcas na realidade subjetiva e objetiva desse povo. Essas marcas, principalmente no que diz respeito ao mundo do trabalho, se perpetuaram durante séculos e estão presentes ainda hoje na realidade brasileira. Angela Davis explica que as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as mulheres brancas, sendo que

(...) o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 17).

E, assim, enquanto trabalhadoras escravas, na sociedade brasileira patriarcal-racista-escravista e posteriormente enquanto trabalhadoras assalariadas, no sistema patriarcal-racista-capitalista, as mulheres negras foram exploradas em todos os aspectos de sua existência, pois:

As escravas eram muito mais lucrativas do que os trabalhadores do sexo masculino, tanto livres quanto escravos. Seu “custo de exploração e manutenção é menor do que o de homens no auge da força”. Obrigadas pelos senhores de escravos a trabalhar de modo tão “masculino” quanto seus companheiros, as mulheres negras devem ter sido profundamente afetadas pelas vivências durante a escravidão. (DAVIS, 2016, p. 23).

Um dos legados da escravidão para as mulheres negras, segundo Davis (2016, p. 98) é o trabalho doméstico, e enfatiza que:

A equiparação ocupacional das mulheres negras com o serviço doméstico não era, entretanto, um simples vestígio da escravidão destinado a desaparecer com o tempo. Por quase um século, um número significativo de ex-escravas foi incapaz de escapar às tarefas domésticas. A história de uma trabalhadora doméstica da Geórgia, registrada por um jornalista de Nova York em 1912, reflete a difícil situação econômica das mulheres negras das décadas anteriores, bem como de muitos anos depois. Mais de dois terços das mulheres negras de sua cidade foram forçados a encontrar empregos como cozinheiras, babás, lavadeiras, camareiras, vendedoras ambulantes ou zeladoras e se viram em condições “tão ruins, se não piores, do que as do período da escravidão”.

Sobre o trabalho doméstico realizado pelas mulheres no Brasil, Cisne (2017, p. 77) destaca que apesar de ser fundamental para a produção e reprodução da vida, os trabalhos realizados pelas mulheres, tanto o doméstico não remunerado, quanto o assalariado, não são considerados e valorizados como trabalho que constrói a história, pois são considerados obrigações femininas ou qualidades naturais das mulheres. Reitera ainda que:

A análise da condição da mulher no mundo do trabalho (...) trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes. (...) O racismo também é um dos elementos fundamentais para desvelarmos os mecanismos de dominação e exploração de classe (CISNE, 2015, p. 21).

Essas características se articulam ao contexto da sociedade de classes brasileira no chamado nó analítico entre gênero, raça/etnia e classe (SAFFIOTI, 2015), pois atuam para

umentar a exploração a que são submetidas mulheres trabalhadoras, em especial as negras e as descendentes indígenas. Assim, é possível compreender que o trabalho doméstico por ser realizado historicamente no Brasil e em outros países por mulheres negras e/ou com descendência indígena, constitui-se como um dos mecanismos de exploração étnico-racial pelo capital, pois:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer no espaço público seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas. (ANTUNES, 1999, p. 108-109).

Portanto “se a exploração da força de trabalho é a fonte vital para a valorização do capital e sua perpetuação, tal sistema encontra na exploração da força de trabalho da mulher a extração de maiores lucros, caracterizando uma superexploração.” (DANTAS; CISNE, 2017, p. 82). As mesmas autoras destacam ainda que é necessário compreender a dinâmica de exploração sobre as mulheres na perspectiva da totalidade, sendo a articulação entre racismo, sexismo e a condição de classe fundamental para análise dessa exploração, pois:

(...) as mulheres sofrem não apenas exploração e o controle de sua atividade produtiva remunerada, mas também, são alvo do controle e domínio de sua sexualidade, de seus corpos e do seu tempo, apropriados a serviços dos outros, ainda que em detrimento de si, dos seus desejos e necessidades. (DANTAS; CISNE, 2017, p. 80).

A necessária análise da superexploração das mulheres trabalhadoras na sociedade de classes no Brasil numa perspectiva da totalidade compreende, portanto, também a análise da violência contra as mulheres, sendo esta a “face mais brutal e explícita do patriarcado” (CISNE, 2015, p. 146). Nesse sentido, após as considerações sobre o sistema patriarcal-racista-capitalista passamos ao item 2.2 deste trabalho, no qual discutiremos a violência contra as mulheres como uma expressão da Questão Social, debatendo-a a partir da teoria social marxista, enfatizando uma abordagem dialética que supera compreensões

economicistas e reducionistas. Portanto, consideraremos a dialética entre desigualdades e resistências sociais, produzidas pela sociedade capitalista na análise da violência contra as mulheres, no bojo da relação contraditória entre capital e trabalho e da categoria subalternidade como dimensão analítica das expressões da Questão Social.

2.2. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Na sequência ao debate da sociedade patriarcal-racista-capitalista, fundamentada na exploração do trabalho socialmente produzido e dividida em classes sociais antagônicas, busca-se compreender como a violência contra as mulheres, presente nesta sociedade, se configura em uma das diversas expressões da Questão Social. Considera-se, no debate, a subalternidade vivenciada pelas mulheres vítimas de violência e a necessidade da luta pela emancipação humana. Para tanto, é necessário explicitar sob qual conceituação entende-se questão social e analisar a expressão violência contra a mulher no contexto da cultura machista/sexista que impõe a subalternidade das mulheres no Brasil.

Parte-se para esta análise do entendimento de questão social como a contradição entre capital e trabalho apreendida de forma ampliada, não apenas em sua forma econômica. Assim sendo, destaca-se que:

A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (grifos no original) (IAMAMOTO, 2008, p. 119).

Ou seja, questão social diz respeito ao “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura (...) sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem.” (IAMAMOTO, 2010, p. 27-28). E, ressalta-se ainda que a concepção ampliada de questão social diz respeito à:

(...) banalização do humano, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os

destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores – resultados de uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida) -, universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobranes para as necessidades médias do capital. (grifos no original) (IAMAMOTO, 2008, p. 123).

Nesse sentido, compreende-se que a questão social para o Serviço Social é elemento central na relação entre profissão e a realidade sendo esta permeada por contradições e disputas (YAZBEK, 2001). Segundo Yazbek (2001) a questão social assume novas configurações no mundo contemporâneo, dentre elas destacam-se o conjunto de transformações nas relações de trabalho, conseqüente perda de direitos, que acabam por gerar condições de pobreza, exclusão e subalternidade.

No que se refere as particularidades dessas expressões no Brasil, Iamamoto (2008) ressalta que a transição que levou ao capitalismo na sua fase monopolista no Brasil, não foi dirigida por uma burguesia que preocupava-se com o desenvolvimento interno e autônomo do país. Ou seja, não houve uma preocupação em garantir reformas que minimizassem os efeitos do abismo de desigualdade existente e, segundo Santos (2012) o Brasil teve uma inserção subalterna na divisão internacional do trabalho, reatualizando formas de exploração, tendo uma industrialização restringida. Com essas características, acentuam-se as expressões de desigualdade, de pobreza, de violência e subalternidade no Brasil.

Ainda sobre essas expressões, cabe aqui analisar como a violência de gênero, também conhecida como violência contra a mulher e associada à violência doméstica – ambas se sobrepõem no contexto social (SAFFIOTI, 2015) - se manifesta no contexto da sociedade patriarcal-racista-capitalista brasileira. É preciso situar, entretanto, que o uso do conceito de gênero neste trabalho está ligado com a vertente marxista. Saffioti (2015, p. 47-87) nos diz que “Gênero também diz respeito a uma categoria histórica (...) é a construção social do masculino e do feminino (...) é também estruturante da sociedade, do mesmo modo que classe social e a raça/etnia.”. Assim sendo, é possível utilizar-se dos estudos que abarcam o conceito de gênero articulando-o com o sistema patriarcal-racista-capitalista, já elucidado anteriormente.

A violência de gênero se caracteriza por qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado (CLADEM, 2000). Saffioti (2015) destaca ainda que a violência contra a mulher é fruto da sociedade patriarcal-racista-capitalista, cujo “nó” analítico é

gênero, classe e raça. A construção da cultura machista/sexista pela sociedade patriarcal-racista-capitalista, fundada também na propriedade privada, faz com que a mulher seja vista como propriedade do homem, mero objeto sexual, destituída de anseios, desejos, destituída de poder, subalternizada. Saffioti (2015, p. 75) refere que:

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição cultural, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas relações entre homens e entre mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é, com frequência.

A construção social da ideologia sexista, que produz essas relações desiguais entre homens e mulheres, traz sérias consequências para a vida das mulheres, principalmente no que diz respeito ao índice de violência e assassinato de mulheres no Brasil. As taxas de assassinato de mulheres classificadas a partir da Lei do Feminicídio são extremamente altas. Essa lei (13.104/2015), conquista recente da luta feminista, refere-se a feminicídio “quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino.” (WAISELFISZ, 2015, p. 07). Segundo o Mapa da Violência:

Entre 2003 e 2013, o número de vítimas do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, incremento de 21,0% na década. **Essas 4.762 mortes em 2013 representam 13 homicídios femininos diários.** Levando em consideração o crescimento da população feminina, que nesse período passou de 89,8 para 99,8 milhões (crescimento de 11,1%), vemos que a taxa nacional de homicídio, que em 2003 era de 4,4 por 100 mil mulheres, passa para 4,8 em 2013, **crescimento de 8,8% na década. Limitando a análise ao período de vigência da Lei Maria da Penha, que entra em vigor em 2006, observamos que a maior parte desse aumento decenal aconteceu sob égide da nova lei: 18,4% nos números e 12,5% nas taxas, entre 2006 e 2013.** Se num primeiro momento, em 2007, registrou-se uma queda expressiva nas taxas, de 4,2 para 3,9 por 100 mil mulheres, rapidamente a violência homicida recuperou sua escalada, ultrapassando a taxa de 2006 (...) (grifos acrescidos) (WAISELFISZ, 2015, p. 13).

Os dados demonstram também que a incidência da raça/cor faz com que mulheres e meninas negras sejam as mais assassinadas, vítimas não só da violência de gênero como também do racismo instituído nessa sociedade. Além disso, segundo Correia (2012) as mulheres negras estão entre os contingentes de maior pobreza e indigência do país, possuem uma menor escolaridade (com uma taxa de analfabetismo três vezes maior que as mulheres

brancas), juntamente com uma menor expectativa de vida. A autora reitera que são em sua maioria trabalhadoras informais sem acesso à previdência, residentes em ambientes insalubres e responsáveis pelo cuidado e sustento do grupo familiar. O Mapa da Violência de 2015 traz os dados referentes ao feminicídio em relação às mulheres negras:

As taxas de homicídio de brancas caem na década analisada (2003 a 2013): de 3,6 para 3,2 por 100 mil, queda de 11,9%; enquanto as taxas entre as mulheres e meninas negras crescem de 4,5 para 5,4 por 100 mil, aumento de 19,5%. **Com isso, a vitimização de negras, que era de 22,9% em 2003, cresce para 66,7% em 2013. Isto significa que: – Em 2013 morrem assassinadas, proporcionalmente ao tamanho das respectivas populações, 66,7% mais meninas e mulheres negras do que brancas.** – Houve, nessa década, um aumento de 190,9% na vitimização de negras. – Alguns estados chegam a limites absurdos de vitimização de mulheres negras, como Amapá, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal, em que os índices passam de 300%. (grifos acrescidos) (WAISELFISZ, 2015, p. 73).

Tais índices de feminicídio, violência de gênero e racismo contra as mulheres são extremamente preocupantes, visto que são naturalizados na sociedade capitalista que banaliza a morte e naturaliza a violência racista. O Mapa da Violência destaca ainda que os protagonistas da violência contra a mulher em sua grande maioria são seus próprios parceiros ou ex-parceiros, configurando um cenário de violência doméstica que produz profundas cicatrizes no corpo e na consciência das mulheres, quando não sua morte:

Destacando, dentre os familiares, os parceiros e ex-parceiros, temos que 1.583 dessas mulheres foram mortas por eles, o que representa 33,2% do total de homicídios femininos de 2013. Nesse caso, as mortes diárias foram 4, consideradas todas as idades. Mas se tomamos como ponto de partida a idade de 18 anos em diante, a proporção sobe para 43% do total de homicídios: **acima de 4 em cada 10 mulheres, com 18 ou mais anos de idade, foram vítimas de feminicídio cometido pelo parceiro ou ex-parceiro.** (grifos acrescidos) (WAISELFISZ, 2015, p. 73).

Compreendendo a violência contra a mulher como expressão da questão social, ou seja, situando-a no bojo das contradições inerentes a sociedade capitalista, Saffioti (2015) alerta que a violência de gênero, nas suas diversas modalidades é derivada da organização de gênero que privilegia o homem em detrimento da mulher e a qual não é cúmplice de seu (s) agressor (res), como quer fazer crer a ideologia sexista, pois para serem cúmplices, estas teriam que desfrutar de igual poder em relação aos homens. A autora, na mesma obra (2005), traz dados de sua pesquisa sobre violência contra as mulheres, na qual 19% das brasileiras

declararam que já sofreram algum tipo de violência por parte de homens, sendo que 16% relatam que sofreram violência física; 2% violência psicológica e 1% relatam ter sofrido assédio sexual. Entretanto, entende-se que “é obvio que a sociedade considera normal e natural que homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia de violência.” (SAFFIOTI, 2015, p. 79). Por isso, é possível inferir que, desnaturalizada a violência, os índices seriam muito mais altos. Nesse sentido, Saffioti destaca que:

Quando estimuladas, no entanto, 43% das investigadas admitem ter sofrido violência sexista, um terço delas relatando terem sido vítimas de violência física, 27% revelando ter vivido situações de violência psíquica, e 11% haver experimentado o sofrimento causado por assédio sexual. Trata-se pois, de quase a metade das brasileiras. Os 57% restantes devem também ter sofrido alguma modalidade de violência, não as considerando, porém como tal. (SAFFIOTI, 2015, p. 49-50)

O que se presencia é a condição de subalternidade social conferida às mulheres, imposta desde a criação no seio familiar, e que reproduz a lógica do domínio patriarcal e racista, que violenta as mulheres em todas as dimensões de suas vidas. Cisne (2015) reflete que a sexagem - entendido como prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão - faz com que as mulheres sejam apropriadas pelo capitalismo na sua força de trabalho, mas não somente neste aspecto, também no que se refere ao seu corpo e a sua vida, denotando uma apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição de sujeito, assim objetificando-as. Sendo objeto, a mulher pode então ser espancada, humilhada e morta com consentimento social.

Saffioti (2015, p. 89), estudando a situação da violência contra a mulher, afirma que “as mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens – sempre vinculados à força – são preparados para o exercício do poder.”. Neste estudo ressalta a ligação entre a dificuldade dos homens em lidar com a impotência e a violência praticada por estes contra as mulheres. Nesse sentido, Saffioti (2015, p. 89) levanta a hipótese de que:

(...) a violência doméstica aumenta em função do desemprego (...) O papel de provedor das necessidades materiais da família é, sem dúvida, o mais definidor de masculinidade. Perdido este *status*, o homem se sente atingido em sua própria virilidade, assistindo à subversão da hierarquia doméstica. Talvez seja esta a sua mais importante experiência de impotência.

Neste contexto, situa-se a relação entre violência e subalternidade, sendo esta última entendida por Silva (2016) como condição construída e alicerçada pelo sistema dominante mas não totalmente aceita pelas classes subalternas. Esta autora, na mesma obra, destaca a contribuição de Gramsci para o entendimento da subalternidade interligada aos conceitos de hegemonia, Estado, sociedade civil, cultura, filosofia e luta política. Destaca que “subalternidade é a revelação da eficácia da classe dominante, expressão de sua hegemonia, que determina a configuração do Estado capitalista tal como conhecemos” (SILVA, 2016, p. 232). A subalternidade vivenciada pelas mulheres diz respeito ao conjunto das relações sociais que constroem a sociedade capitalista, e que possui a ideologia sexista como ferramenta que inferioriza as mulheres, na tentativa de dominá-las mais facilmente aos interesses de exploração nos planos cultural, político e econômico.

Entende-se que a ideologia sexista faz parte das ideias do tempo histórico regido pelo capital. Nesse sentido, Marx e Engels (2009) enfatizam que as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes. Portanto, tal ideologia contribui para a subalternidade das mulheres trabalhadoras. Saffioti (2015, p. 132) explica que:

A ideologia sexista corporifica-se nos agentes sociais tanto de um polo quanto de outro da *relação de dominação-subordinação*. O sentido figurado da corporificação das ideologias em geral e da sexista em especial reside no vínculo arbitrariamente estabelecidos entre os fenômenos: voz grave significa poder, ainda que a pessoa fale baixo. O porquê disto encontra-se na posição social dos homens como categoria social em relação à das mulheres. A voz grave do assalariado não o *empodera* diante de seu patrão, pois o código na estrutura de classes é outro. (grifos no original)

Essa condição de subalternidade conferida à classe trabalhadora como um todo, mas particularmente às suas mulheres, negras e pobres, permeia, segundo Silva (2016) a construção da subjetividade, que não se estabelece apenas na esfera individual, mas também na coletiva, configurando-se assim como uma questão política. Yazbek (2001, p. 34) reflete sobre a subalternidade como expressão da questão social, que também encontra-se ligada a outras condições desiguais nesta sociedade, definidoras de um lugar ocupado pelas mulheres trabalhadoras e conseqüentemente suas famílias:

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois, como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc.), expressão das

relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seus modos de expressar-se e seu comportamento social, sinais de “qualidades negativas” e indesejáveis que lhe são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. Este lugar tem contornos ligados à própria trama social que gera desigualdades e que se expressa não apenas em circunstâncias econômicas, sociais e políticas, mas também nos valores culturais das classes subalternas.

Sendo expressão da questão social, entende-se que a condição de subalternidade da classe trabalhadora só poderá ser superada com a erradicação da sociedade de classes. Defende-se que “a luta contra a subalternidade deve estar voltada ao combate de todo o aparato ideológico que modela o senso comum, o consenso e alicerça a hegemonia do grupo dominante” (SILVA, 2016, p. 233). Para tanto, é necessário a construção de novas bases para a produção da vida, onde a raiz das desigualdades e violências encontradas hoje na sociedade seja eliminada. A luta por um projeto societário antirracista, antipatriarcal e anticapitalista é necessária às mulheres e homens da classe trabalhadora, conforme enfatiza Cisne:

A superação do que estrutura cotidianamente a negação dos direitos humanos, ou seja, o sistema patriarcal-racista-capitalista, demanda associar a luta por direitos a “uma nova forma de organizar as relações sociais, fundada no trabalho associado e na socialização da riqueza material e espiritual produzida”. (CISNE, 2015, p. 143).

Assim sendo, a construção de alternativas de resistência e de consciência de classe é fundamental para o horizonte da emancipação humana, o que supera o horizonte da emancipação política. Tonet (2005, p. 79) reflete que a “Emancipação humana, para Marx, nada mais é do que outro nome para comunismo, embora a primeira enfatize a questão da liberdade e o segundo, o conjunto de uma nova forma de sociabilidade”. Ainda de acordo com este autor, enquanto a emancipação humana refere-se à superação da exploração do trabalho, a emancipação política, trata-se da busca por liberdade e direitos no quadro da sociabilidade burguesa e de seu Estado. Contudo, alerta Cisne:

Goldman afirmava que nem a igualdade no trabalho, nem o direito ao voto eram suficientes para alterar a situação das mulheres na sociedade. Para isso, seria necessário, segundo a feminista, a ruptura, pelas próprias mulheres, com as relações de submissão e opressão, bem como as práticas sociais de homens e mulheres estabelecidas socialmente e historicamente. (CISNE, 2015, p. 88).

Para esta ruptura, deve-se levar em conta a necessidade da construção da consciência de classe das mulheres e dos homens da classe trabalhadora visto que o sistema patriarcal-racista-capitalista serve aos interesses de exploração e dominação da classe burguesa. Ao movimentar-se na luta por direitos, por uma vida sem violência, as mulheres impulsionam assim a consciência do conjunto da classe trabalhadora. Nesse sentido Cisne aponta que:

O indivíduo ao “tomar consciência” projeta também sua reflexão sobre a sociedade, mediada pelas múltiplas relações que estabelece ao longo de sua trajetória. Não devemos, portanto, compreender a consciência como algo apenas subjetivo, tampouco apenas como uma introjeção do mundo objetivo, mas como uma síntese das relações estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade. (CISNE, 2015, p. 30).

É preciso, pois, movimentar-se em direção ao projeto de sociedade socialista, construindo e fortalecendo as lutas feministas existentes, protagonizadas pela fração da classe trabalhadora que sofre diariamente com a violência de gênero, mas que também resiste e luta contra a opressão. As mulheres trabalhadoras brasileiras, indígenas, negras, lésbicas, transexuais, dos mais diferentes credos e regiões travaram as lutas que possibilitaram - ainda que no âmbito do Estado burguês - avanços no que diz respeito à visibilidade da violência doméstica e da necessidade de direitos para atender às demandas específicas das mulheres. Souza-Lobo (2011, p. 183), sobre a participação das mulheres nos movimentos, refere que esta “está fortemente assentada nas ideias de igualdade de direitos que atravessam a história social”, além disso, “por suas conquistas, às vezes por sua simples presença, as mulheres nos movimentos subvertem a ordem dos gêneros vigente nos espaços da sociedade.” Na lógica da compreensão da importância das lutas por direitos para as mulheres trabalhadoras, considerando que Questão Social não só como desigualdades, mas também como resistências, segue-se ao item 2.3 deste trabalho, o qual busca investigar como deu-se a trajetória de lutas feministas no Brasil, a partir de uma perspectiva classista.

2.3. TRAJETÓRIA DAS LUTAS FEMINISTAS E CONQUISTAS NO BRASIL

A partir do exposto anteriormente, segue-se na reflexão sobre os processos de lutas das mulheres trabalhadoras no país, apreendendo a historicidade desses processos e seus resultados nos dias atuais. Esta discussão vai se dar principalmente a partir das lutas

feministas e sua articulação com as lutas da classe trabalhadora. Contudo, é essencial destacar que a luta das mulheres negras, por exemplo, se dá desde seu sequestro da África quando foram trazidas como força de trabalho escrava para o Brasil, assim como seus companheiros, filhos e irmãos, parentes. A partir da luta contra a escravidão, nos espaços de resistência construídos por homens e mulheres escravos fugidos da escravidão, como o quilombo dos Palmares entre outros, travaram-se as primeiras batalhas das mulheres trabalhadoras negras contra o sistema escravista e, posteriormente, contra o capitalista. Nesse sentido, destaca-se que:

Se as mulheres negras sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão, se gozavam de igualdade com seus companheiros no ambiente doméstico, por outro lado elas também afirmavam sua igualdade de modo combativo, desafiando a desumana instituição da escravidão. Resistiam ao assédio sexual dos homens brancos, defendiam sua família e participavam de paralisações e rebeliões. (DAVIS, 2016, p. 31).

Assim como para as mulheres indígenas, a luta contra a escravidão, a evangelização pelo catolicismo, a estigmatização de sua cultura, a apropriação de seus territórios pelos fazendeiros, capitalistas de todo tipo, os assassinatos e ataques às suas aldeias, se configuram em luta desde o início da colonização portuguesa e espanhola até os dias atuais. A demarcação de suas terras, uma das principais pautas do movimento indígena e quilombola, ainda é assunto deixado de lado pelos governantes e, nos últimos anos, tem-se visto uma diminuição desses territórios com mortes e muita violência. Assim, deve-se reiterar que há :

(...) necessidade de destinar terras aos povos e comunidades que as ocupam tradicionalmente, tanto para garantir sua sobrevivência física e cultural, como para a reparação da dívida histórica do Brasil para com os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais (...) a luta dos Povos Originários é uma luta para o bem-estar de toda a sociedade, em defesa da pluralidade da coletividade brasileira e do meio ambiente ecologicamente equilibrado. (NASCIMENTO; BATISTA; NASCIMENTO, 2016, p. 443).

A partir dessa contextualização das lutas mais gerais das mulheres trabalhadoras **descendentes** dos povos originários, parte-se para a discussão a partir dos marcos históricos do feminismo tradicional no quadro do capitalismo, com o início das discussões mais acadêmicas sobre o tema mundialmente e no Brasil. Assim, destaca-se que:

Em 1949, Simone de Beauvoir publicou a obra *O Segundo Sexo*, na qual a autora aborda as raízes da opressão feminina e analisa o desenvolvimento psicológico da mulher bem como as condições sociais que interferem neste. No ano de 1963, Betty Fridman lança a *mística feminina*, no qual retoma as ideias de Beauvoir e delata a opressão contra a mulher na sociedade industrial. É a partir dessas novas ideias que o feminismo se expande pelo mundo e inicia-se um período de movimentos sociais feministas. (ALVES; ALVES, 2013, p. 115).

Desde as lutas como a conquista do sufrágio universal no século XIX em todo o mundo, até os debates atuais do feminismo classista, as mulheres tiveram importante papel na história da luta de classes, assim:

A história do movimento feminista possui três grandes momentos. O primeiro foi motivado pelas reivindicações por direitos democráticos como o direito ao voto, divórcio, educação e trabalho no fim do século XIX. O segundo, no fim da década de 1960, foi marcado pela liberação sexual (impulsionada pelo aumento dos contraceptivos). Já o terceiro começou a ser construído no fim dos anos 70, com a luta de caráter sindical. (BRASIL, 2017, p. 01).

Segundo Woitowicz (2007, p. 05) “É na luta pelo reconhecimento dos direitos das mulheres que o movimento feminista no Brasil, acompanhando o debate de ideias que marcaram o feminismo em outros países, buscava formas de garantir a sua legitimidade.” Em relação à “primeira onda do feminismo no Brasil” o Projeto Memória Nísia Floresta¹ ressalta que o primeiro grande momento do feminismo tem início no final do século XIX, estendendo-se até 1932, ano da conquista do voto feminino no Brasil, tendo sido a luta sufragista a principal bandeira feminista do período.

Alves e Alves (2013, p. 114) destacam que “essa fase era a do feminismo ‘bem comportado’ e sinalizava o caráter conservador desse movimento. Nesse momento, ainda não era questionada a opressão da mulher.”. Estes questionamentos estão presentes na chamada “segunda onda do feminismo no Brasil”. Sobre esse momento o Projeto Memória Nísia Floresta destaca que:

Nesses momentos iniciais do movimento feminista brasileiro, é possível observar duas correntes distintas de pensamento. Uma delas, mais comportada, era a das mulheres que integravam a luta pelo direito de votar, tendo à frente Bertha Lutz, que em 1922 fundou a Federal Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade que viria a ter influência decisiva na conquista do voto feminino (...) A outra tendência, chamada de

¹ PROJETO MEMÓRIA NÍSIA FLORESTA. **Pelo direito de votar: a primeira luta feminista**. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/NisiaFloresta/index.html>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

“mal comportada” pelos estudiosos, era composta essencialmente por intelectuais, anarquistas, e líderes operárias. (...) Além de direitos políticos, esse movimento defendia o amor plural, questionava a opressão masculina, exigia uma educação igualitária entre homens e mulheres e defendia a legalização do divórcio.²

A partir dessas lutas, Ribeiro (2010) relata que em 1975 a ONU realizou o primeiro Dia Internacional da Mulher. Entretanto, as origens do Dia Internacional da Mulher referem-se, segundo publicação do Núcleo Piratininga De Comunicação (2013, p 8-9), ao momento histórico do ano de:

(...) 1910, durante a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, a dirigente do Partido Socialdemocrata Alemão, Clara Zetkin em lembrança à data da greve das tecelãs americana, 53 anos antes, propôs o 8 de Março como data do Dia Internacional da Mulher.

No Brasil através das lutas que culminaram na Constituição Federal de 1988, importantes avanços surgiram no que diz respeito ao reconhecimento da cidadania das mulheres (BARSTED; PITANGUY, 2011). Na mesma obra (2011) as autoras referem que as lutas feministas que ganharam destaque estavam ligadas ao movimento de transição democrática de 1980 e a consolidação das liberdades civis e políticas no país. Em relação aos elementos que constituíram essas lutas e que produziram os desdobramentos atuais para as mulheres vítimas de violências, verifica-se que:

(...) esses grupos de mulheres eram parte da espinha dorsal de várias organizações chamadas sociedades civil e dos partidos de oposição, desafiando com sucesso as regras do regime militar nos anos 70 e início dos 80. Movimento de mulheres que denunciavam as discriminações, interferindo nas mudanças de valores e comportamentos em relação aos preconceitos de gênero, raça, etnia e opção sexual. Mulheres que ultrapassaram os meios privados e domésticos, para ocuparem espaços públicos, sociais e políticos de forma organizada e combativa. Essas mulheres haviam descoberto os seus direitos e, mais do que isso, talvez a mais desafiadora das descobertas: haviam descoberto os seus corpos, com suas mazelas e prazeres. (RIBEIRO, 2010, p. 44).

Já em relação à “terceira onda do feminismo no Brasil”, a luta de caráter sindical, é possível inferir que a crescente urbanização e industrialização, e a conseqüente maior proletarização de homens e mulheres, trouxe às feministas novas demandas. A reivindicação

² PROJETO MEMÓRIA NÍSIA FLORESTA. **Pelo direito de votar: a primeira luta feminista.** Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/NisiaFloresta/index.html>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

pelas creches foi uma das principais pautas das mulheres na década de 1970, pois elas precisavam trabalhar fora para manter a família e não tinham com quem deixar seus filhos (TELES, 1999). O movimento sindical se organizava para aglutinar as demandas dos trabalhadores, e as mulheres tensionavam para que suas demandas enquanto trabalhadoras mulheres, mães e esposas também fossem discutidas nos espaços políticos.

Assim, a partir do massivo ingresso da mulher no mundo do trabalho fora de casa abriram-se possibilidades para que elas participassem da vida pública. “As mulheres participando de movimentos populares, sejam urbanos ou rurais, com reivindicações em nível do atendimento das necessidades básicas começam também a perceber as relações de desigualdades a que estão submetidas” (SILVA, 2000, p. 05). Participando das lutas da época, as mulheres sentiram a necessidade de pautar também questões específicas referentes a condição da mulher na sociedade de classes.

No contexto das lutas das mulheres durante o período da ditadura no Brasil, as/os trabalhadoras/es vivenciavam um período marcado pela reestruturação produtiva do capital. E a partir da crise, em meados da década de 1990, originaram-se novas formas de exploração da classe trabalhadora, como a terceirização do trabalho que ampliou a precarização das condições de trabalho para as mulheres. Sobre essa condição Queiroz e Diniz (2014) ressaltam que a inserção das mulheres no mundo do trabalho se dá de forma precarizada e subordinada aos homens, sendo as atividades mais comuns às mulheres aquelas voltadas à prestação de serviços, com caráter complementar ao trabalho dos homens e, portanto, com pouco prestígio e baixa remuneração. Cabe destacar também, como nos refere Davis (2016) que um dos legados da escravidão para as mulheres negras é o trabalho doméstico. Pode-se perceber, empiricamente, que em todos os espaços onde há prestação de serviços (principalmente os de limpeza) em geral é uma mulher negra que o desempenha. Na universidade Federal do Rio Grande do Sul, por exemplo, é possível perceber, andando pelos corredores, que as trabalhadoras terceirizadas que prestam os serviços, são em sua grande maioria mulheres com traços e cor da descendência negra e/ou indígenas.

Também no período de 1990 surgem as Organizações Não Governamentais (ONGs), que contribuíram para a consolidação do chamado Terceiro Setor. Essas organizações desenvolveram suas atividades em meio às lacunas deixadas pelo Estado na medida em que

amplos setores da população – entre eles as mulheres - se encontravam descobertas de proteção social.

Gurgel (2014) reflete que o fenômeno das ONGs e a ampliação das ONGs feministas está ligado às crises organizativas da classe trabalhadora a partir da ofensiva neoliberal de 1990. A autora, na mesma obra, traz ainda críticas ao que ela denomina de processo de “onguização”, tendo repercussões “na construção da autodeterminação e auto-organização das mulheres e do movimento feminista enquanto sujeito coletivo.” (GURGEL, 2014, p. 62). Segundo a autora, esse processo vem contribuindo para uma profissionalização de militantes distanciadas da atuação na base social, reproduzindo esferas de hierarquização e centralidade de decisão. Desta crítica, destacam-se duas principais:

A primeira diz respeito à transformação da identidade institucional, que trouxe como consequência imediata uma redução política e quantitativa da base social do movimento de mulheres que constituía a anterioridade política da ONG. A segunda crítica se centra na estrutura administrativa que transferiu as decisões político-institucionais para as equipes de profissionais das ONGs, que na maioria dos casos se apresentam como ativistas e confundem o papel de assessoria com o de representatividade. O problemático desse quadro é a contradição entre o princípio da autonomia no processo de autodeterminação, com o crescimento individual e coletivo, das mulheres no exercício da política e a centralidade do poder, nas estruturas das ONGs. (GURGEL, 2014, p. 63).

Portanto, refletir sobre os processos de transformação dos movimentos no decorrer da história da luta de classes no Brasil requer entender o papel de atores importantes neste cenário. Assim, ao analisar os traços do capitalismo no Brasil, Netto (2005) reflete sobre o papel que o Estado desenvolveu no país, criando uma particular relação com as agências da sociedade civil, incorporando-as e desfigurando-as de seu verdadeiro sentido, ou reprimindo aquelas que não conseguiu cooptar.

Também em relação a esse cenário, Santos (2012) enfatiza que o Estado teve centralidade para a constituição do capitalismo brasileiro, referindo que este desenvolveu um papel corporativo e coercitivo, buscando barrar as lutas da classe trabalhadora. Para Marx (2008, p. 12) “(...) o poder de Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo.” Em que pese a dinâmica contraditória da legitimação do Estado - processo em que os mecanismos de hegemonia e consenso operam também através da incorporação de demandas parciais da classe trabalhadora na esfera estatal,

especialmente através do desenvolvimento de políticas sociais, destaca-se que as principais funções do Estado são:

1 – criar as condições gerais de produção que não pode ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros dominantes; 2 – reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de facções particulares das classes dominantes, ao modo de produção corrente através do exército, da política, do sistema judiciário e penitenciário; 3 – integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração, sem o exercício direto da repressão contra elas. (MANDEL, 1985, p. 333-334).

Ou seja, o Estado é o aparelho da classe dominante para a manutenção da reprodução da relação social de exploração e lucro, manutenção do sistema patriarcal e racista, que utiliza-se da violência e da coerção principalmente contra as camadas empobrecidas, negras e descendentes indígenas da classe trabalhadora, vide perfil da população encarcerada no Brasil, seja em presídios ou outras instituições totais como as Fundações de Atendimento Socioeducativos que abrigam adolescentes em conflito com a lei, em sua maioria meninos e meninas negros/as. As mulheres trabalhadoras, mães e negras, tem que lidar com o genocídio de seus filhos, netos, sobrinhos, jovens da periferia que são mortos pela polícia militar, braço armado do Estado:

Segundo o Anuário de Segurança Pública de 2013, a cada dez mortes violentas evitáveis registradas no mundo em 2012, uma aconteceu no Brasil, o que contabilizou 36 mortes de negros por cem mil habitantes, contra 15,2 mortes de não-negros por cem mil habitantes, em um total de 56.337 mortos, segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS). (...) A estratégia de dominação da elite branca brasileira muda de tempos em tempos. Ora apostam com mais força no encarceramento em massa da população negra, ora no aumento dos índices de homicídio por policiais durante o trabalho, ou fora dele, com as chamadas milícias. O ano de 2012 foi marcado pelo crescimento das milícias, dos chamados esquadrões da morte e do fortalecimento institucional da força policial através do argumento de legitimidade da violência diante da necessidade de combate ao crime, como ocorre com as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) no Rio de Janeiro.³

Assim, situa-se o contexto de repressão, violência e coerção do aparelho Estatal contra à classe trabalhadora, atuando na reprodução da condição de subalternidade desta. Essa condição também é reiterada quando, segundo Gurgel (2014) nos períodos de crises

³ JORNAL ESQUERDA ONLINE. **Mapa da violência 2016:** corpos jovens e negros em estatística. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2016/08/26/mapa-da-violencia-2016-corpos-jovens-e-negros-em-estatistica/>>. Acesso em 08 dez. 2017.

capitalista, o sistema utiliza-se do Estado para implementar medidas anticíclicas que visam integrar ao mercado de consumo os trabalhadores com menos acesso a ele, no intuito de travar qualquer tipo de reação à exploração. Assim, a manutenção do *status quo* da sociedade patriarcal-racista-capitalista é facilitada por meio de programas sociais que visam suavizar os impactos da exploração capitalista, enquanto os índices de violência e morte continuam altíssimos. Ressaltam-se ainda os processos de culpabilização e moralização que acompanham o monitoramento das condicionalidades de tais programas, majoritariamente centrados nas mulheres, fortalecendo a ideologia sexista no âmbito dos programas de transferência de renda.

Atualmente vivencia-se um período de crise do capitalismo onde diversas conquistas da classe trabalhadora na forma de políticas públicas, direitos trabalhistas e de aposentadoria, por exemplo, estão sendo retirados, diminuídos e extintos. Evidencia-se nesse momento também um novo avanço do conservadorismo, com uma bancada parlamentar extremamente fundamentalista e conservadora, chamada por setores da esquerda brasileira de “bancada BBB” (Boi, Bíblia e Bala). O que significa que a classe dominante, em seus aspectos econômicos e ideológicos, está bem representada no comitê de seus negócios. Sobre esse neoconservadorismo, ressalta-se que:

(...) Outro dado relevante é o que aponta a origem de classe dos movimentos de direita e sua vinculação com o processo de mundialização do capital, no contexto do neoliberalismo. (...) A ideologia dominante exerce uma função ativa no enfrentamento das tensões sociais, para manter a ordem social em momentos de explicitação das contradições sociais e das lutas de classe. Numa sociedade de raízes culturais conservadoras e autoritárias como a brasileira (Chauí, 2000), a violência é naturalizada; tende a ser despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neo-liberal — veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia. (BARROCO, 2011, p. 2007-2008).

As mulheres trabalhadoras são as primeiras a sentirem na pele a perda de direitos e retrocessos como os projetos de lei misóginos que tramitam no congresso conservador, sendo um dos mais atuais o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 181 que visa retroceder nas Leis que amparam o aborto legal em caso de concepção a partir de estupro, feto anencéfalo ou em caso de risco de vida para a mulher. A filósofa e feminista francesa Simone de Beauvoir (19-), em uma de suas frases mais conhecidas, alerta para a condição das mulheres no

contexto de crise: “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”.

Além disso, todo o processo de Impeachment envolvendo a presidente Dilma Rousseff, ocorrido em 12/05/16, no Brasil, foi atravessado **por** fortes componentes misóginos. Numa campanha extremamente machista, onde foram amplamente divulgados cartazes, adesivos etc., com nítida apologia ao estupro desta presidente entre outros absurdos relacionado à condição do sexo feminino. Ainda que se tenham críticas ao Partido dos Trabalhadores e aos governos de Lula e Dilma, o que se viu foi uma afronta a todas as mulheres na medida em que os conservadores saíram às ruas destilando misoginia e ódio de classe.

O processo de corrupção política em julgamento no Brasil e exposto na mídia nacional e internacional da grande maioria dos partidos políticos, demonstra que este é um momento onde o capital se reorganiza também na sua superestrutura e retira de cenas alguns atores, colocando outros com o intuito de agilizar o processo de aprofundamento da retirada de direitos. Há nesse período a necessidade da burguesia retomar suas taxas de lucros, ocorrendo então o aprofundamento maior e mais rápido da precarização da vida da classe que produz a riqueza do país. Essa precarização já vinha ocorrendo no ciclo anterior, através da perda gradativa de direitos, mas agora toma novas proporções devido a necessidade e urgência da classe dominante.

No governo do atual presidente Michel Temer, a sua impopularidade e a resistência da classe trabalhadora tem dificultado a aplicação rápida dessas medidas de ajustes, criando uma grande instabilidade no próprio governo, chegando ao ponto da própria burguesia pautar a saída desse presidente, expondo a corrupção estrutural e histórica no Brasil, mas que agora é escancarada através das denúncias que o envolvem. O “teatro de fantoches” da burguesia tira os personagens de acordo com seus interesses, por razões fundamentalmente econômicas, para garantir os lucros dos patrões, donos dos meios de produção. Para manterem seus lucros, a magnitude de suas riquezas, suas fábricas e propriedades privadas, os capitalistas cometem os crimes que forem necessários - sejam aqueles explícitos como a corrupção, ou os velados e disfarçados de soluções como as Reformas Trabalhista e Previdenciária, que retiram direitos conquistados com muita luta, resultando no aumento exponencial da exploração e da miséria das mulheres e homens da classe trabalhadora.

Ressalta-se que é para garantir a manutenção dos níveis de produção acentuada, manutenção da taxa de lucro para os empresários, que são impostas essas reformas e retiradas de direitos, que evidenciam-se no atual cenário. Pois é dentro da produção capitalista que se encontra a contradição principal dessa sociedade – o antagonismo entre trabalhadores e burguesia –, e as opressões de gênero, raça/etnia e sexualidade são extremamente úteis para o sistema devido à superexploração, (como já discutido anteriormente).

Por isso é necessário que se discuta o papel das lutas das mulheres e da classe trabalhadora brasileira como um todo na busca pela emancipação humana, uma vez que há diferentes táticas utilizadas ao longo da história pelas classes trabalhadoras do mundo para alcançar a sociedade livre de opressões e de classes sociais, ou seja, a sociedade comunista. Oliveira (2013) discute o papel dos projetos em disputa no mundo, a partir dos escritos dos comunistas Marx e Engels e posteriormente as revoluções embasadas pelo método materialista-histórico-dialético, bem como os projetos contrarrevolucionários da burguesia em nome da humanização do capitalismo.

Oliveira (2013) reflete ainda que tais projetos nada mais são do que as propostas de reformas implementadas na Europa (Estado de Bem-Estar Social) e traduzida para outros países como o Brasil - a partir da derrocada do projeto socialista com a instauração do regime Stalinista na União Soviética e posterior queda do Muro de Berlim – com o avanço da ideologia burguesa expressa na máxima do “fim da história” e a perspectiva da impossibilidade de construção de uma nova ordem societária. Sobre esse processo, Barroco (2011, p. 2007) também explica que:

O processo de mundialização do capital (Chesnais, 1996) e a implantação das políticas neoliberais — com todas as suas consequências —, implicou o empobrecimento e a desmobilização política dos trabalhadores: contribuiu para a crise dos partidos e das entidades de classe dos trabalhadores, e, como o fim das experiências socialistas, para que a apologética capitalista propagasse o seu triunfo, anunciando o “fim da história”.

Assim Marx (2009) afirma que os projetos reformistas são instrumentos para impedir a luta de classes. Nesse sentido, é possível perceber que as políticas sociais, desenvolvidas pelos governos sociais-democratas no Brasil (e no mundo), possuem uma dimensão contraditória. Iamamoto (2014) reitera que na análise das políticas sociais devem-se levar em conta essas contradições, pois corre-se o risco do velho dilema de uma análise aprisionada na

necessidade de distribuir mais equitativamente os recursos sociais dentro dos limites do capitalismo, e o horizonte máximo que se pode alcançar então é a social-democracia. Destaca ainda que:

Se as políticas sociais e os programas delas derivadas são respostas a um processo de lutas acumuladas historicamente pelas classes trabalhadoras, na busca de conquista de seus direitos de cidadania, tais programas – ao serem institucionalizados e administrados pelo Estado – são burocratizados, esvaziados de seus componentes políticos, de modo a diluir o conteúdo de classe das lutas reivindicatórias, que são assim “recuperadas” e “apropriadas” pelo bloco no poder. (IAMAMOTO, 1997, p. 106).

Portanto, a necessidade da luta feminista e anticapitalista com uma direção política autônoma, surgida da base das lutas das mulheres, independente à partidos que visem cooptar e/ou dirigir as lutas, governos e patrões, se faz urgente e necessária pois se liga ao contexto das transformações no mundo do capital. Entende-se que essas transformações dizem respeito às precárias condições de trabalho das mulheres - e de seus companheiros –, assédio sexual, dupla e tripla jornada de trabalho e as violências sofridas. Essas transformações repercutem nas condições de vida da classe trabalhadora, e também na forma e no conteúdo da organização das mulheres e, conseqüentemente, no seu poder de enfrentamento a essas ofensivas. Essa precarização faz com que as mulheres se coloquem em luta para reivindicar direitos, cidadania, e melhores condições de sobrevivência, por meio das políticas sociais públicas.

Nesse sentido, ao se colocar na luta de classes, buscando defender seus interesses, é possível inferir que há um processo de transformação da consciência das mulheres trabalhadoras. A organização a partir de demandas específicas é também necessária na medida em que possibilita que pautas históricas sejam conquistadas e a solidariedade de classe possa surgir. A partir da solidariedade entre mulheres, da luta pela construção de uma nova sociedade, com uma nova cultura, também os homens da classe trabalhadora devem se munir do entendimento sobre as contradições existentes nessa sociedade e a necessidade de repensar suas práticas racistas, machistas, LGBTTFóbicas e por consequência, violentas. Pode-se dizer que este é um dos maiores desafios atuais para o feminismo classista, pois a sociedade socialista só será efetivada se for também feminista, antirracista e anti-fobias de sexualidade e gênero.

Mas essas contradições têm melhor espaço para serem explicitadas e trabalhadas a partir de uma organização de base e classista, que possibilite um processo de consciência de classe, na luta pela superação desse sistema de opressão-exploração. Sobre o processo de consciência da classe trabalhadora, Cisne (2015) refere que:

A “consciência em si” é determinada pelo alcance do que Marx (2008) denominou de “classe em si”. Ao perceberem seus interesses em comum, os(as) proletários(as) tornam-se uma classe “em si” em relação ao capital, mas, para Marx (2008), ainda não são uma “classe para si”. A “classe em si” é marcada pelo corporativismo, pela luta econômica em nome da satisfação das necessidades que atendem à sobrevivência imediata e, no máximo, a uma melhor condição de vida. A luta é econômica e não política, no sentido da busca pela transformação da sociedade. Não garante, portanto, a dimensão emancipatória, que só é possível com a eliminação das classes sociais.

Esse processo pode se traduzir em consciência de luta pela emancipação humana no conjunto da classe trabalhadora, quando essa consciência atinge o entendimento de que pautas específicas de setores da classe são também pautas de toda a classe trabalhadora. Nesse sentido, Cisne (2015, p. 39) esmiúça a discussão em relação aos estágios de consciência, referenciando a terceira forma “também denominada por Iasi (2007) como ‘consciência para si’ é possibilitada pelo processo de superação da ‘classe em si’ para a ‘classe para si.’” A autora reflete que nessa forma de consciência há o reconhecimento do proletariado como classe bem como a necessidade de superar a sociedade de classes. “A reivindicação, nos limites do capital, passa a ser insuficiente e o proletariado assume a tarefa revolucionária de superação do capitalismo e construção da emancipação humana.” (CISNE, 2015, p. 39).

Defende-se então o feminismo classista, que disputa um projeto societário onde não exista espaço para a exploração-dominação de alguns em detrimento da maioria. Clara Zetkin (1896 apud ORR, 2010, p 133.), enfatiza que:

A luta da mulher proletária por libertação não pode ser similar à luta que as mulheres burguesas travam contra os homens de sua classe. Pelo contrário, deve ser uma luta conjunta com os homens de sua classe contra toda a classe dos capitalistas. Ela não precisa lutar contra os homens de sua classe para romper as barreiras que foram levantadas contra sua participação na livre competição do mercado de trabalho... Seu objetivo final não é a livre competição com o homem, mas a conquista do rumo político do proletariado. A mulher proletária luta punho a punho com o homem de sua classe contra a sociedade capitalista. (ZETKIN *apud* ORR, 2010, p.133).

Judith Orr esclarece ainda que:

Socialistas partem do pressuposto de que defendemos o direito dos oprimidos de se organizarem e lutarem contra quem for. Mas não acreditamos que a libertação das mulheres será conquistada com as mulheres lutando sozinhas. Separar as questões da opressão à mulher da luta mais ampla contra o sistema enfraquece nossa habilidade de vencer. (ORR, 2010, p. 134).

Nesse sentido, entende-se que as lutas específicas travadas pelas mulheres trabalhadoras e suas conquistas no que diz respeito às políticas públicas - em especial no enfrentamento à violência - foram e ainda são extremamente importantes para que se criem condições onde as mulheres possam participar da vida política em igualdade com seus companheiros, ainda que essa igualdade só seja totalmente efetivada com o rompimento desta sociedade. Entretanto compreende-se que nenhuma companheira irá conseguir lutar estando em situação de vulnerabilidade, sofrimento psíquico, miséria, violência ou em risco de morte.

Em relação à luta contra a violência contra mulheres e meninas, Santos (2008, p. 155) afirma que “desde o final da década de 1970, a temática da violência contra mulheres é uma das prioridades dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil”. As conquistas em relação ao tema foram materializadas posteriormente ao período em que as lutas iniciaram-se, ou seja, são resultantes de uma historicidade que não deve ser esquecida:

O processo de institucionalização das demandas feministas nesta área pode ser identificado com três momentos institucionais: primeiro, o da criação das delegacias da mulher, em meados dos anos 1980; segundo, o do surgimento dos Juizados Especiais Criminais, em meados dos anos 1990; terceiro, o do advento da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, a chamada Lei “Maria da Penha”. Seria incorreto pensar estes “momentos” como ocorrências singulares ou epifenômenos decorrentes de um fator exclusivo ou mesmo de um processo linear de desenvolvimento das lutas feministas e das políticas públicas. (SANTOS, 2010, p. 155-156).

A partir do ano de 2003 tem-se no Brasil a elaboração de uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Esta política tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional (BRASIL, 2011). E em 2005 é criada a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, com o objetivo de orientar as mulheres em situação de violência sobre seus direitos e sobre os serviços disponíveis para o atendimento de

suas demandas (BRASIL, 2011). Tais conquistas se configuram em importantes instrumentos para as mulheres no acesso a direitos sociais e no rompimento com a espiral da violência.

Cabe destacar que outra importante conquista do movimento feminista no âmbito doméstico- familiar foi a Lei 11.340 de 07 agosto de 2006 - Lei Maria da Penha. Esta Lei tem o propósito de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece a criação de serviços especializados no atendimento dos casos de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2011). Entre os serviços situam-se os centros de referência de atendimento à mulher (CRM), casas-abrigo - serviços de abrigamento - núcleos de defensoria pública, serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados, centros de educação e reabilitação dos agressores e juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2011). Ainda que os dados (discutidos no item anterior) apontem que o surgimento desta Lei não foi suficiente para coibir a violência doméstica-familiar contra mulheres, esta Lei abriu possibilidades para a criação de diversos espaços importantes na luta contra a violência contra mulheres.

Esses espaços se constituem em importantes serviços que buscam viabilizar condições para o rompimento da espiral da violência. Evidencia-se, nesse sentido, a necessidade das políticas sociais públicas como ferramentas na busca por uma vida sem violência, por reconhecimento para as mulheres como sujeitos de direitos, ainda que haja contradições nessas políticas dentro da sociedade capitalista. As lutas que garantiram tais políticas permeiam a construção da cidadania das mulheres que, historicamente, foram subjugadas à ordem patriarcal-racista-capitalista. Em relação à cidadania como emancipação política, Tonet (2005, p. 03) reitera que:

Em resumo: sem desmerecer os aspectos positivos que a cidadania representa para a autoconstrução humana, fica claro que ela é, por sua natureza mais essencial, ao mesmo tempo, *expressão* e *condição* de reprodução da desigualdade social e, por isso mesmo, de desumanização. Por isso mesmo, deve ser superada, porém não em direção a uma forma autoritária de sociabilidade, mas em direção à efetiva liberdade humana. (grifos no original)

Nesse cenário, articula-se o Projeto Ético-Político do Serviço Social enquanto projeto societário vinculado à luta pela superação das classes sociais. Essa perspectiva se encontra no trabalho do assistente social na dimensão político educativa, mesmo que a atuação esteja inserida no contexto das políticas sociais e da emancipação política. Busca-se a mudança da

cultura machista-racista e de fobias sexuais e de gênero, por meio das mediações no “mundo do cotidiano” (YAZBEK, 2001, p. 38) problematizando e desvendando as contradições e construindo relações com as/os usuárias/os das políticas sociais no incentivo à participação política. Nesse sentido, passa-se ao próximo capítulo deste trabalho, que tratará da relação entre o Serviço Social e a relação com o feminismo no cotidiano profissional, a partir da análise do contexto de um Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência e intervenção neste espaço enquanto estagiária curricular de Serviço Social.

3. O SERVIÇO SOCIAL E A LUTA FEMINISTA

3.1. SERVIÇO SOCIAL E FEMINISMO: IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO PROFISSIONAL

Após uma breve análise sobre a trajetória das lutas feministas, passa-se agora para a articulação entre Serviço Social e a temática das lutas das mulheres. Para tanto, será necessário retomar a origem histórica da profissão e sua identidade profissional, inscritas na divisão sexual e sócio técnica do trabalho. Segundo Cisne (2015) a gênese do Serviço Social encontra-se ligada à consolidação e modernização do capitalismo, quando acentuam-se as expressões de exploração e alienação oriundas da relação contraditória entre capital e trabalho. Essa relação contraditória que produz um conjunto de expressões de desigualdades e rebeldias, como já discutido anteriormente, é chamada de Questão Social.

Na arena conflituosa da contradição capital *versus* trabalho, o Serviço Social é chamado a intervir, tendo como principal empregador o Estado e, como objetivo central, o controle e a reprodução da força de trabalho, visando à conformação e ao enquadramento da classe trabalhadora à ordem do capital. (CISNE, 2015, p. 37).

Ou seja, no Brasil a profissão surge no contexto de desenvolvimento do capital e da organização da classe trabalhadora, o qual provoca no Estado a necessidade de mediar o tratamento dado às expressões da Questão Social, não mais como se esta fosse somente “caso de polícia” mas sim com viés de apaziguamento das tensões sociais. O Estado passa então a fazer concessões aos/as trabalhadores/as na forma de políticas sociais que, por um lado atendem as demandas de sobrevivência da classe trabalhadora, por outro, cumprem também a função de controle e de reprodução social. É neste contexto que em 1936 surge o Serviço Social brasileiro, por meio do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) (CISNE, 2015, p. 49-53), ressalta-se que assim:

O Serviço Social desde seu surgimento no seio do bloco católico nas décadas de 1930 e 1940, emerge com dois selos: “o fato de constituir-se num movimento quase que exclusivamente feminino e com uma nítida marca de classe, uma vez que emerge a partir dos núcleos de mulheres dos setores abastados” (Iamamoto e Carvalho, 1982, p. 224-227) e por ter emergido pela necessidade do capital em controlar a “questão social”, gerada pelos conflitos entre as classes.

Para compreender a marca de classe e gênero no Serviço Social é necessário analisar a divisão sexual do trabalho na ordem sociometabólica do capital que, segundo Cisne (2015) é uma das formas centrais para a exploração capitalista. Segundo a autora, na mesma obra, tal divisão faz com que os trabalhos sejam segmentados e hierarquizados de forma a subalternizar aqueles que são considerados habilidades naturais das mulheres em relação aos considerados naturalmente masculinos. Aponta ainda que:

A divisão sexual do trabalho resulta de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão hierárquica entre os sexos, confere às mulheres um baixo prestígio social e as submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados. (...) A categoria divisão sexual do trabalho aponta para essa perspectiva, configurando-se como um instrumento de análise e desvelamento do real, mais precisamente das relações de exploração desta sociedade, que são transmutadas – no aparente – como fenômenos inatos, o que dificulta a confrontação, já que os fatos são aceitos com naturalidade. (CISNE, 2015, p. 117-127).

Portanto, a marca feminina da profissão diz respeito à ideologia patriarcal que induz às mulheres - e, na ocasião do surgimento da profissão, às mulheres mais abastadas da sociedade - a buscarem esta profissão por esta possuir uma identidade assistencialista, com um viés conservador, moralizante e de ajustamento social, próprios da origem burguesa da profissão e articulados num projeto de classe na construção de respostas à questão social, num cenário histórico de mudanças das relações entre as classes, o Estado e a sociedade.

A marca de uma profissão proeminentemente feminina, na divisão sexual do trabalho é a marca da subalternidade. Conforme o CFESS (2005, p. 18) a predominância feminina acaba “confirmado a tendência histórica da profissão, a categoria das (os) assistentes sociais, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens.”. Ainda, conforme Cisne (2015, p 121) “A análise da divisão sexual do trabalho permite perceber nuances da exploração capitalista muitas vezes despercebidas devido à naturalização da subalternidade das mulheres nessa sociedade”. Destaca-se que nesta relação de subalternidade também se encontra subalternizada a consciência de classe das mulheres trabalhadoras que, devido a não valorização do seu trabalho, acabam não se percebendo enquanto trabalhadoras e “não construindo, portanto, a identidade com a sua classe” (CISNE, 2015, p. 122). Nesse sentido, Martinelli (2003) ressalta que a consciência social do Serviço Social é fragilizada pela ausência de identidade profissional, o que acaba por determinar um processo de alienação. Assim, a autora ressalta que:

(...) é a identidade da profissão em si mesma considerada como elemento definidor de sua participação na divisão social do trabalho e na totalidade do processo social (...) a identidade profissional está sendo pensada dialeticamente, como uma categoria política e sócio histórica que se constrói na trama das relações sociais, no espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que a engendram e são por ela engendradas. (MARTINELLI, 2003, p. 17).

Na mesma obra a autora destaca que a identidade atribuída à profissão na sua origem se expressava como uma síntese dos interesses econômicos e ideológicos da classe dominante, o que levava a um trabalho profissional de reprodução da lógica capitalista. Assim:

Tal identidade era, portanto, especialmente útil para a burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade. (MARTINELLI, 2003, p. 124).

Apenas com o redimensionamento da profissão para uma postura crítica ao longo das décadas de 1970 e 1980 é que se estabelece um novo percurso para o Serviço Social. Nas palavras de Martinelli (2003, p. 146):

(...) com base em uma consciência política coletiva do papel que desempenhavam, e que deveriam desempenhar, na totalidade do processo social, os agentes colocavam-se em condições de ingressar no universo da “classe para si” do movimento operário, superando sua própria consciência burguesa e participando da prática política da classe operária.

Nesse sentido, compreende-se que o processo histórico de lutas e conquistas da classe trabalhadora se dá, conforme Lisboa (2005), paralelamente ao processo de rompimento com o ideário conservador do Serviço Social e redimensionamento da profissão para uma postura crítica, por meio da adoção do método materialista histórico-dialético na análise e intervenção na realidade.

Esta postura surge em meio aos processos históricos de lutas da classe trabalhadora, em especial junto aos setores sindicais, no Brasil e no mundo. Conforme Lopes, Abreu e Cardoso (2015) tratou-se de um ciclo de lutas emancipatórias na América Latina no final dos anos 1950 e início do século XX que teve como principal referência histórica a Revolução

Cubana de 1959 no marco de uma perspectiva alternativa ao capitalismo, a partir da vitória da Revolução Russa em 1917. Assim:

Como uma tendência hegemônica constitui-se na profissão no ciclo de lutas sociais classistas, aberto no país, marcadamente, com a “irrupção operária” (FREDERICO, 1991:11) de 1978, as greves dos metalúrgicos em São Paulo, em 1979 e o avanço do pensamento de esquerda na sociedade e nas ciências sociais. (LOPES; ABREU; CARDOSO, 2015, p. 07).

O marco histórico desse novo momento para o Serviço Social é o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), conhecido como Congresso da Virada, onde o caráter conservador e antidemocrático do congresso foi contestado e houve uma mudança radical na programação do evento que homenageou lideranças sindicais e de movimentos sociais e os desdobramentos dessa virada se materializaram na democratização dos espaços institucionais da profissão, além de sindicalização desta e aprofundamento dos debates sobre a política social e o papel do assistente social (ERUNDINA, 2009). A partir da adoção do método crítico foi possível construir novas bases de formação e atuação para o Serviço Social.

Este método pressupõe uma crítica à sociedade vigente, ou seja, crítica ao sistema de dominação-exploração patriarcal-racista-capitalista. Por isso, é necessário que se particularize as questões específicas das mulheres para que se compreenda como são vivenciadas as mediações de gênero/raça/etnia/geração/classe no seio da classe trabalhadora. Assim:

(...) faz-se necessário não apenas historicizar todas as categorias sociais, no sentido de perceber que são construções sociais, mas relacioná-las, analisando suas determinações. Enfim, particularizá-las. Do contrário, limita-se a análises empobrecidas, focalizadas, fragmentadas e fragmentárias do real. (CISNE, 2015, p. 98).

É necessário também pensar a profissão dentro deste contexto permeada por essas vivências. A partir da dimensão teórico-metodológica adotada pela renovação do Serviço Social é possível desvendar as particularizações da classe trabalhadora. É possível compreender quem são esses trabalhadores/as e em que condições de trabalho estão inseridos/as. Essas e outras problematizações passam a fazer parte das discussões e da intervenção profissional do Serviço Social a partir da década das décadas de 1970-80 em consonância com as lutas da classe trabalhadora brasileira contra a repressão e pela

consolidação dos direitos civis e democráticos e que vai possibilitar um processo de consciência de classe entre os/as assistentes sociais. Assim, segundo Martinelli:

No plano do exercício profissional, a esse momento vivido ao final dos anos 70 e início da década de 80, correspondeu um avanço significativo da prática social, especialmente no sentido de que passou a ter um novo ponto de ancoragem, construído com base nas alianças com a classe trabalhadora. (MARTINELLI, 2003, p. 147).

Segundo Cisne (2015) a partir da década de 1990 tem-se a consolidação do direcionamento ideopolítico da profissão, principalmente em virtude da solidificação do Novo Projeto Profissional, que representa o projeto de ruptura com toda a tradição e pensamento conservador da profissão e que busca o horizonte da emancipação humana. Entretanto, pode-se dizer que a temática feminista foi integrada apenas recentemente nas discussões e agendas da profissão, devido a uma dificuldade de identificação da própria profissão com a luta feminista. Acredita-se que isto ocorre devido ao processo de consciência de classe não ser linear, mas sim dialético, podendo atingir diferentes níveis de consciência dependendo da vivência objetiva e subjetiva dos sujeitos, no caso, as trabalhadoras assistentes sociais também estão sujeitas ao modo de subjetivação patriarcal-racista-capitalista que pressupõe a não identificação coletiva e social da opressão e exploração capitalista.

Cisne (2015, p. 143) aponta que há “(...) a necessidade em se trabalhar a relação entre Serviço Social e feminismo porque apesar dos avanços teóricos e políticos alcançados pela profissão, ainda persistem elementos conservadores em torno das relações de gênero no exercício da profissão (...)”. Por isso é necessário que se busque compreender como o sistema patriarcal-racista-capitalista opera nas condições objetivas e subjetivas das mulheres trabalhadoras para que se possa desenvolver um trabalho coerente com o horizonte ético-político da profissão.

Assim, percebe-se que as mediações de sexo/gênero/raça/etnia/geração entre outras são transversais em todas as políticas sociais. Sabendo que o perfil de acesso às políticas é em grande maioria de mulheres da classe trabalhadora, dada as condições de desigualdade social nas quais elas e suas famílias estão submetidas, como atestam os dados internacionais:

Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) avalia que existe cerca de 1,2 bilhão de pessoas em todos o planeta vivendo abaixo da linha de pobreza,

com o equivalente a menos de 1 dólar por dia. Destes, 70% são mulheres, fenômeno identificado como "feminização" da pobreza'. A situação de extrema pobreza não só impede que as mulheres vivam plenamente seus direitos de cidadania, como também dificulta sua capacidade de reagir. É um círculo vicioso, que piora cada vez mais a qualidade de vida de milhões de mulheres em todo o mundo e, conseqüentemente, de seus filhos. (INSTITUTO ETHOS, 2004, p. 07).

Essas mulheres são responsáveis pela educação, cuidado e garantia de subsistência de toda a família. São privadas da participação da vida política da sua comunidade - ou mesmo do país - em decorrência das desigualdades sociais que criam dificuldades em conseguir o mínimo para sobreviver, além da cultura patriarcal, que permeia essa sociedade, sendo elemento que incide sob as possibilidades de exercício da cidadania. Aprende-se desde cedo por meio da cultura patriarcal-racista e de fobias sexuais e de gênero que lugar de mulher é na vida doméstica, cuidado da casa, dos filhos e do marido (neste último aspecto evidencia-se a heterossexualidade compulsória) e, no trabalho fora de casa, naturaliza-se o assédio moral e sexual praticado contra elas. Nas políticas sociais as mulheres são responsabilizadas, a partir de um discurso liberal de "empoderamento" e "autonomia" num processo denominado de "individualização" e "familismo", como aponta Tenório (2017, p. 71). A autora enfatiza ainda que:

A focalização das políticas sociais no alívio da pobreza, a extensão da lógica da financeirização no cotidiano dos (as) trabalhadores (as) (monetarização ou financiamento), o desenvolvimento das capacidades individuais dos sujeitos para o sustento da família (ativação), as contrapartidas (condicionalidades) e a meritocracia, dão-se em um país em que os 10% mais pobres da população são constituídos por 68,06% de negros e 54,34% de mulheres, portanto a pobreza no Brasil e as ações direcionadas ao seu *alívio* têm sexo, raça/etnia e classe, podendo inferir-se que em sua maioria são mulheres e negras. Portanto, faz sentido priorizá-las nas políticas e programas sociais, porém permanece-se nos discursos e conteúdo dos programas o reforço dos papéis tradicionais da mulher e da mãe cuidadora. (TENORIO, 2017, p. 70).

Nesse sentido, contar com profissionais que atuam à luz de uma teoria crítica - que possui método crítico e, portanto, deve contar com uma direção política que rompe com a ideia de moralismos, culpabilização da pobreza ou da violência - é de extrema importância para a luta feminista anticapitalista, no intuito de problematizar o lugar da mulher na sociedade de classes. A partir da renovação do Serviço Social com um direcionamento ético-político voltado para defesa de direitos da classe trabalhadora, é possível afirmar que esta

profissão desenvolve um relevante trabalho com essa classe, considerando as diferentes vivências particulares de sexo/gênero/raça/etnia/geração nas políticas sociais. Nesse sentido:

(...) desvendar o objeto de trabalho pelo qual o assistente social atua é essencial para o desenvolvimento de um trabalho consistente. Portanto, conhecer como a questão social se manifesta no cotidiano dos sujeitos sociais e suas formas de organização e resistência é imprescindível para que se tenham subsídios para construir coletivamente alternativas para o seu enfrentamento. (FRAGA, 2010, p. 44).

Entretanto não significa que não existam assistentes sociais conservadoras/res, pois o Projeto-Ético político profissional está em permanente disputa dentro da categoria, bem como as tendências da profissão se relacionam com os embates culturais políticos e ideológicos, articulados em torno de projetos societários. Este Projeto Ético-Político diz respeito ao horizonte da emancipação humana, apontando para o fim da exploração capitalista. Vincula-se a um “processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2012, p. 24). Enfatiza-se que este projeto:

(...) se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático - considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 1999, p. 16).

Numa sociedade historicamente determinada pela exploração do sistema capitalista - que produz profundas desigualdades de classe, gênero, etnia e raça - é imprescindível que o Serviço Social contribua para que mulheres e homens trabalhadores se vejam enquanto tais - sofrendo inúmeras expressões de desigualdades - e passem a lutar junto à sua classe pelo fim de todo tipo de exploração, de contradições inerentes a esse sistema:

Desta forma, a finalidade do trabalho do assistente social está voltada para a intervenção nas diferentes manifestações da questão social com vistas a contribuir com a redução de desigualdades e injustiças sociais, como também fortalecer os processos de resistências dos sujeitos (materializados em organizações sociais, movimentos sociais, conselhos de direitos...), na perspectiva da democratização, autonomia dos sujeitos e do seu acesso a direitos. (FRAGA, 2010, p. 45).

O debate trazido por este trabalho, desenvolvido a partir da experiência de estágio, visa contribuir nesse sentido, em consonância com o código de ética da profissão quando este traz em seus princípios V e IV a necessidade de equidade, justiça social e empenho na eliminação de preconceitos:

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças (CFESS, 2012, p. 23).

Assim, segundo Fraga (2010) o/a assistente social deverá ter seu trabalho norteado por um plano de intervenção profissional, que busque estratégias coletivas para o enfrentamento da questão social. Lopes, Abreu e Cardoso (2015) refletem que o Serviço Social historicamente integra as estratégias de racionalização da produção e reprodução capitalistas e exercício do controle, por meio de políticas sociais, mas também integram os processos de lutas e resistências da classe trabalhadora. As autoras consideram, nesse quadro, que a profissão possui uma importante função pedagógica. Por isso, desvendar e problematizar as contradições da realidade social no incentivo a reflexão crítica e participação social, nas suas mais diversas formas, deve fazer parte da intervenção profissional, pois “O Serviço Social é uma profissão investigativa e interventiva” (FRAGA, 2010, p. 46). Pressupondo-se que deve compor a intervenção os seguintes elementos:

a) **Pesquisar** dados de realidade quantitativos, pois de acordo com Martinelli (1994), as pesquisas quantitativas são imprescindíveis para trazer retratos da realidade, dimensionar os problemas que se investiga; b) **Investigar** sobre as informações qualitativas da realidade. Conforme Martinelli (1994), as metodologias qualitativas aproximam pesquisador/sujeitos pesquisados, permitindo ao primeiro conhecer as percepções dos segundos, os significados que atribuem a suas experiências, seus modos de vida, ou seja, oferece subsídios para trabalhar com o real em movimento, em toda sua plenitude; c) **Desvendar e problematizar** a realidade social, apreendendo os modos as condições de vida dos sujeitos com seus condicionantes históricos, sociais, econômicos e culturais, e também seus anseios, desejos, necessidades, demandas; d) **Intervir na realidade social** com base na apreensão do movimento contraditório do real, a partir do seu desvendamento e problematização, e também de pesquisas sobre dados da realidade dos sujeitos. (grifos acrescidos). (FRAGA, 2010, p. 45-46).

Nesse sentido, discute-se o projeto ético-político da profissão, pois a direção social que a profissão tem e sua efetivação no trabalho cotidiano dependem também de um conjunto de condições objetivas dentro das políticas e dos serviços que as operacionalizam. E quando se trata da luta feminista, numa sociedade patriarcal-racista-capitalista que alimenta fobias sexuais e de gênero, as dificuldades para a efetivação dos direitos sociais e qualidade no atendimento se multiplicam. Por isso, atuando de forma interdisciplinar com outras profissões, o Serviço Social tende a produzir importantes contribuições nos espaços sócio-ocupacionais nos quais está inserido, bem como na vida das usuárias desses serviços. Para compreender melhor esse processo é necessário situar que as bases teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativas utilizadas pelo Serviço Social para interpretar a realidade, como já mencionado, dão a profissão uma perspectiva de trabalho que articula-se com às lutas feministas.

Essa perspectiva possui uma intervenção técnica que se utiliza de instrumentos, segundo Lisboa (2005) dentre eles: entrevistas; visitas domiciliares; reuniões de rede; reuniões de equipe; elaboração de pesquisas e relatórios com parecer social; planejamento de programas e construção de indicadores. Esses instrumentos e técnicas possuem um direcionamento ético-político sintonizado com o respeito às mulheres nas suas diversidades e diferenças, seus modos de vida e escolhas. Pressupõe-se também no trabalho profissional o engajamento político com as lutas das mulheres da classe trabalhadora, pois:

(...) só o domínio de uma perspectiva teórico-metodológica, descolada seja de uma aproximação à realidade, do engajamento político, ou ainda de uma base técnico-operativa, sozinha, não é suficiente para descobrir e imprimir novos caminhos ao trabalho profissional. Corre-se o risco de cair no tecnicismo estéril, uma vez que a metodologia nos fornece uma lente para leitura e explicação da realidade social, o que supõe a apropriação dessa mesma realidade. (IAMAMOTO, 2010, p. 53).

Dentro das possibilidades de intervenção nas políticas e programas voltados às mulheres, em especial às vítimas de violências, é fundamental a luta para a efetivação dos serviços e melhorias dos que já existem. Analisar as possibilidades de intervenção dentro dos espaços que operacionalizam essas políticas é importante para a compreensão das possibilidades e limites do trabalho com mulheres vítimas de violências. É necessário que se trabalhe interdisciplinar e intersetorialmente, articulando-se com as diferentes redes, em

especial a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, bem como com as redes de saúde, assistência social, educação, entre outras. Dessa forma:

Para que seja possível ao assistente social fortalecer seus espaços de atuação profissional na contemporaneidade é necessário um aprendizado da interdisciplinaridade, apreendida como uma possibilidade no exercício profissional, em que os esforços conjuntos sejam conjugados em prol da população usuária, onde seja possível despír a alma dos profissional de preconceitos e despertá-los para “aprender a desaprender” para intervir de forma consistente, crítica, competente e, principalmente, propositiva e coletiva. (FRAGA, 2010, p. 60-61).

Além disso, o Serviço Social deve produzir sobre o tema das lutas feministas, possibilitando uma maior aproximação teórica e contribuição para a melhoria na qualidade dos serviços prestados à população, conforme preconiza seu código de ética (CFESS, 2012).

Atualmente vivemos um período histórico no Brasil de cortes de verbas nas áreas sociais e retirada de direitos que acabam por piorar as condições de vida das mulheres e da classe trabalhadora como um todo. É possível perceber a fragilidade atual dos direitos que foram conquistados através de lutas e mobilizações das quais fizeram parte os/as assistentes sociais de todo o Brasil, mas que pela sua própria história recente como direitos, ainda não estão consolidados. É necessário que a profissão continue engajada nos processos de luta para a consolidação das políticas voltadas às mulheres e demais políticas e contribua para a participação das/os usuárias/os dessas políticas na construção de uma nova sociedade.

O Serviço Social, como importante profissão atuando dentro das políticas públicas, tem como um de seus objetivos o de contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os (as) usuários (as), no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados e contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais, conforme os princípios e artigos de seu código de ética (CFESS, 2012). Além disso, a profissão possui um projeto ético-político que visa a participação das trabalhadoras e trabalhadores na luta pelo fim dessa sociedade, assim:

Faz-se necessário reforçar uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada para definir propostas e estratégias comuns ao campo democrático. Esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços, com suas organizações, para efetivação dos mesmos. (...) E reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais. (IAMAMOTO, 2012, p. 55).

Nesse sentido é uma profissão que possui uma dimensão socioeducativa. O significado e a importância dessa dimensão no trabalho com as mulheres vítimas de violência deve ser melhor analisado:

Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação de serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente (IAMAMOTO, 2007, p. 40).

Assim, através da defesa dos direitos das mulheres, por meio da luta feminista, busque-se a inserção nos espaços sócio ocupacionais, levando em consideração a dimensão socioeducativa da profissão:

(...) a profissão também tem uma dimensão pedagógica, na medida em que se trabalha numa perspectiva de transformação da consciência dos sujeitos, com vistas à sua emancipação. Junto a mulheres que sofrem violência, devemos empreender um trabalho incansável na perspectiva do resgate dessas mulheres como sujeitos de direitos, como seres sociais e como cidadãs. Enfim, desenvolvendo nessas mulheres seu poder pessoal e coletivo, resgatando-lhes a autoestima e a autoconfiança, trabalhando seu processo de fortalecimento e de emancipação. (LISBOA, 2005, p. 11).

Essa dimensão constitutiva da profissão no trabalho com as/os usuárias/os das políticas sociais, bem como com as equipes dos serviços que as operacionalizam, será melhor discutida no item 3.3 onde será apresentado o projeto de intervenção desenvolvido pela autora deste trabalho enquanto estagiária curricular de Serviço Social no Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência – Patrícia Esber, na cidade de Canoas/RS. Para uma melhor compreensão desta intervenção é necessário contextualizar-se o espaço sócio ocupacional, o território onde se localiza este espaço, o perfil da população da cidade e das usuárias do serviço bem como os processos de trabalho dentro do serviço, assim passa-se ao item 3.2 deste trabalho que tratará sobre essas questões.

3.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO EM SERVIÇO SOCIAL

O Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência Patrícia Esber (CRM) segundo Coletivo Feminino Plural (2013) é um serviço municipal de Canoas mantido pela prefeitura e que integra a rede de atendimento às mulheres desde 27 de setembro de 2011. Sua função é de acolher as mulheres que buscam romper com situações de violência, ofertando atendimento integral. Conta com uma equipe multidisciplinar das áreas de Psicologia, Direito e Serviço Social. Aplica um modelo de atenção baseado na Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência (2006). Está amparado na Lei 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha) que prevê como uma das estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher que a assistência a essas mulheres seja prestada de forma articulada com outras políticas sociais como a de saúde, habitação e segurança pública.

Além disso, segundo a Secretaria de Políticas par as Mulheres (2011) a Lei Maria da Penha estabelece a criação de serviços especializados no atendimento aos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher como os centros de referência de atendimento à mulher, as casas-abrigo, núcleos de defensoria pública e serviços de saúde e centros de perícia médico-legal especializados, centros de responsabilização e educação dos agressores e juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher.

O nome Patrícia Esber é de uma mulher de 32 anos, canoense, trabalhadora assassinada pelo marido em maio de 2009 em Canoas. Sua família autorizou o uso de seu nome para fortalecer o significado do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência, que é criado para acolher e apoiar as mulheres que desejam sair de situações de violência. Essas mulheres mantêm vínculo com a instituição através de monitoramento de casos, visitas domiciliares, agendamento de atendimento ou participação em oficinas. A caracterização da população de Canoas/RS e das mulheres atendidas no CRM deve ser analisada para que se possa compreender o contexto territorial em que se situam os atendimentos realizados

Tabela 1: População residente por cor, sexo e raça (percentual) Canoas/2010

	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
--	--------	-------	---------	-------	----------

Homem	40,91	2,95	0,10	4,13	0,07
Mulher	44,42	3,10	0,12	4,15	0,07

Fonte: IBGE (2010)

Conforme dados do IBGE (CANOAS, 2012) a maioria da população canoense (cerca de 85%) se declara branca, o que não é uma realidade geral no país onde apenas 48% da população se autodeclara branca. Em contrapartida, a população que se declara preta ou parda em Canoas é de 14,3% enquanto no Brasil este percentual atinge 50,7%.

Segundo dados do IBGE (2010) o percentual de mulheres ocupadas, com 25 anos ou mais de idade, sem instrução e com ensino fundamental incompleto é de 25,7%. A análise do censo demográfico sobre informações relativas ao gênero mostra que a proporção de famílias em que a mulher era responsável pela família, sem cônjuge com filhos em relação ao total de famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares é de 87,0%. Nesse mesmo estudo constatou-se que a proporção dessas mesmas famílias em que a mulher era de cor ou raça preta ou parda se dá em 44,0%.

O rendimento mediano da população ocupada na posição de empregado sem carteira de trabalho assinada, segundo dados do IBGE de 2010, fica em R\$ 600,00. A taxa de abandono escolar precoce das mulheres entre 18 e 24 anos é de 29,5%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais é de 2,6% enquanto que a taxa de mulheres entre 15 anos ou mais é de 3,2%. O total de mulheres entre 18 e 24 anos que não haviam concluído o ensino médio e não frequentavam a escola, em 2010 é de 5.528 pessoas.

Para analisar o território onde se encontra um espaço sócio ocupacional é necessário que se discuta o significado deste conceito. Dentro de uma perspectiva materialista histórica dialética, entende-se que o ser humano relaciona-se com o ambiente onde está inserido, transformando-o e conseqüentemente transformando a si mesmo. Segundo Milton Santos (1999) território deve ser entendido como fundamento do trabalho, das trocas materiais e espirituais, lugar onde se vive e se exerce a vida. Nesse sentido percebe-se pelos dados que o lugar que as mulheres ocupam dentro do território de abrangência do CRM é delimitado pela sua condição de classe e de gênero, sendo a muitas negadas o direito ao estudo, ao

desenvolvimento pleno de suas capacidades intelectuais e humanas, restrições essas próprias do sistema capitalista.

Entendendo a contradição entre capital e trabalho como base da Questão Social, a partir da qual surgem diversas expressões, sendo uma delas a violência de gênero, pode-se dizer que essas mulheres e, mais especificamente, as que são atendidas no CRM, vivenciam as contradições desse sistema muito fortemente em seu cotidiano e no espaço onde suas vidas se desenvolvem. Nos atendimentos realizados junto à assistente social, percebeu-se que muitas mulheres residem no bairro Guajuviras, local este onde há um alto índice de violência gerada pela venda e consumo de drogas. Já o bairro Mathias Velho, onde também moram muitas mulheres atendidas no CRM, por se constituir numa zona próxima ao centro da cidade possui uma maior valorização imobiliária e devido à sua expansão - justamente pela pressão imobiliária que obrigou famílias mais pobres a se deslocarem para partes mais periféricas, incluindo ocupações em áreas verdes - trouxe uma série de impactos que contribuem para a vulnerabilidade social a que estão submetidos a população residente.

Ainda no que se refere as condições materiais de vida da população de Canoas, os dados mencionados anteriormente mostram que o desenvolvimento industrial da cidade está ligado com as precárias condições de saneamento do município. Canoas conta com uma grande atividade industrial que acarreta poluição dos rios que abastecem a cidade (Rio dos Sinos e Gravataí) que são hoje, segundo dados do IBGE (2010) dois dos mais poluídos do Brasil. Esta atividade industrial possibilita também que Canoas tenha um dos maiores PIB do estado, ou seja, há muita produção de riquezas, são muitas as fontes de recursos naturais e muitos os trabalhadores e trabalhadoras empregados nas indústrias e serviços em Canoas.

Entende-se que vivemos em uma sociedade dividida em classes onde o sistema econômico de produção através da exploração massiva da força de trabalho humana, lucra exorbitantemente, se apropriando de todos recursos naturais (matéria prima) e não distribui essa riqueza entre aqueles que verdadeiramente a produzem, gerando profundas desigualdades que irão se expressar também na violência sofrida pelas mulheres da classe trabalhadora, que são atendidas no Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência – Patrícia Esber. Observa-se assim através dos dados que há uma desigualdade de oportunidades e condições no acesso à educação diante das taxas de abandono escolar, analfabetismo e no número total de mulheres que não concluíram o ensino secundário.

Os dados (IBGE, 2010) sobre o lugar que as mulheres trabalhadoras ocupam no mercado de trabalho mostram que apesar de serem os homens os mais empregados no setor da atividade industrial (34,8%) ainda assim 12% de mulheres e meninas trabalham neste setor em condições precarizadas e sendo exploradas ao máximo, sem seus direitos assegurados, recebendo baixos salários, tendo dupla, tripla jornada de trabalho pois sua condição de mulher - socialmente construída – faz com que a casa e os afazeres domésticos sejam relegados a ela. Situação igualmente precarizada de exploração capitalista vivem as mulheres (e em sua maioria mulheres negras) que trabalham no setor de serviços ocupando 86,6% do percentual entre as mulheres com 16 anos ou mais. Muitas precisam trabalhar em outros empregos, “fazendo bico” para conseguir sustentar a família.

Como mostram os dados, a proporção de famílias em que a mulher é a responsável pela família, ou seja, pelo sustento de todo o grupo familiar, em relação ao total de famílias únicas e conviventes principais, residentes em domicílios particulares é de 87,0% sendo 44% delas mulheres pretas ou pardas. Os dados também mostram que o rendimento mediano da população de trabalhadores informais fica em torno de R\$600,00 o que nos permite concluir que muitas das mulheres que são trabalhadoras informais em Canoas hoje, além de serem vítimas da violência de gênero, recebem menos de um salário mínimo para viver.

Assim, a demanda por um serviço que acolha essas mulheres vítimas de inúmeras violências, que contribua em seu processo de tomada de consciência sobre a sua situação e das mulheres trabalhadoras como um todo, faz com que seja necessário a criação do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência – Patrícia Esber. Para entender o CRM faz-se necessário explicitar a relação deste com a organização não-governamental (ONG) Coletivo Feminino Plural, sob a qual está a responsabilidade de sua implementação.

A ONG Coletivo Feminino Plural, contratada pela prefeitura de Canoas, oferta sua experiência em políticas públicas de gênero na implementação do CRM - Patrícia Esber. Assim como em outros Centros de Referência pelo país, a relação de terceirização dos serviços acontece de forma contraditória, explicitando limites e potencialidades. A partir da relação estabelecida entre terceiro setor e Estado na execução de políticas sociais, tem-se uma série de questões no que diz respeito aos direitos historicamente conquistados e que vão ser materializados de forma precária.

Entretanto, é preciso reconhecer que se tratando de políticas pouco consolidadas como as voltadas para as mulheres vítimas de violências, a existência de um serviço que trabalha numa perspectiva feminista é muito importante e significativa no que diz respeito ao acolhimento dessas mulheres fragilizadas pelas violências sofridas e em situação vulnerabilidade social. A fala de uma das usuárias em um dos atendimentos realizados explicita bem a questão quando esta diz que está ali pois quer “entender o que não estou entendendo e enxergar o que não estou conseguindo ver” (AVILA, 2015). Outro depoimento também evidencia a relevância do serviço e sua contribuição no atendimento no atendimento às mulheres:

Tenho amigas - e como tenho! - que precisavam de justamente o espaço do CRM. Pra mim...eu cheguei aí e não sabia mais quem eu era. Estava perdida, comecei a acreditar no que ele [agressor] dizia... me encontrei, foi fundamental. No acolhimento, o carinho faz toda a diferença (...) Sugestão: nunca acabe esse espaço, o carinho com que vocês nos recebem, tu pode achar repetitivo já de ouvir de outras mulheres, mas eu vou te dizer que o amor, o carinho (...). (AVILA, 2015, p. 25).

Segundo o Coletivo Feminino Plural (2013) o atendimento é efetuado em quatro fases distintas, a partir da Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência que padroniza os atendimentos. Destaca-se a relevância dessa Norma, pois:

(...) diante da importância dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência e da ausência de padronização dos procedimentos de seu funcionamento, o que é fundamental para que se assegure a qualidade do serviço e para que possam produzir dados e informações comparáveis ou equivalentes, em busca de monitoramento e de subsídios constante para a manutenção e reformulação das políticas públicas de atendimento à mulher, faz-se necessário a elaboração de norma técnica que estabeleça, em âmbito nacional, diretrizes, atribuições e padrões gerais de funcionamento desse equipamento da Rede de Atendimento. (BRASIL, 2006, p. 12).

A Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAMS) estabelece que:

O Centro de Referência atenderá mulheres em situação de violência seja por demanda espontânea ou por encaminhamento de algum serviço ou instituição; oferecerá orientações gerais sobre os direitos da mulher e sobre a Rede de

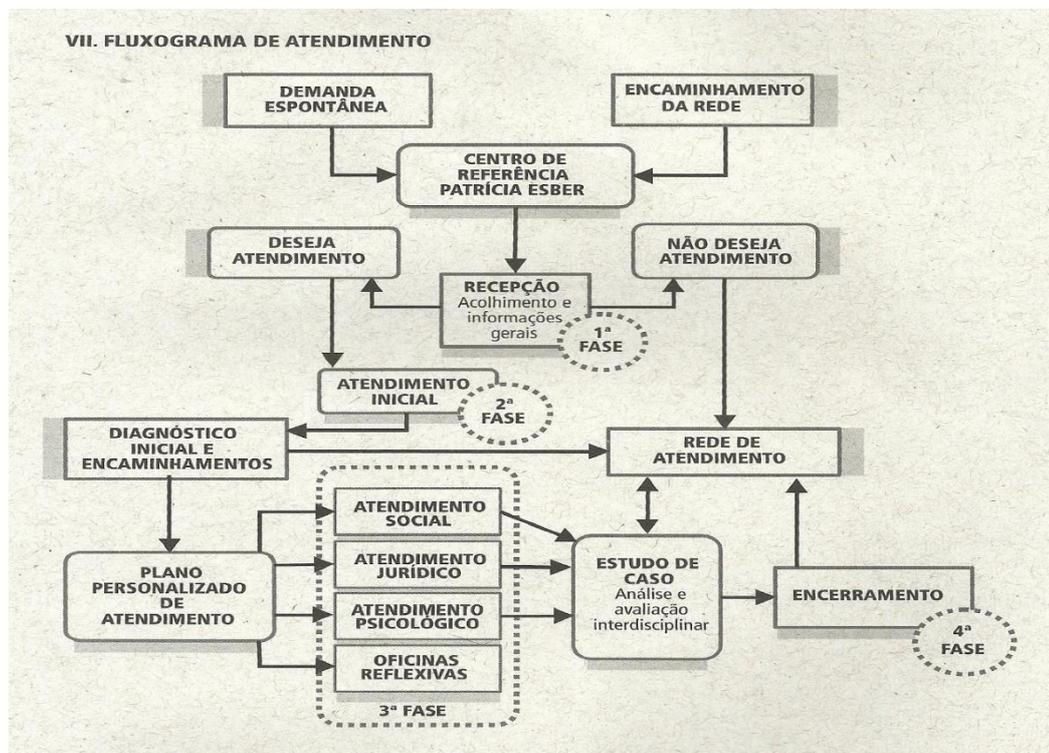
Atendimento a sua disposição, bem como serviços psicológico, social e jurídico, que poderão ser individuais ou em grupo. (BRASÍL, 2006, p. 33).

Assim cria um protocolo de atendimento que deve conter quatro fases distintas sendo elas o acolhimento e informações gerais; diagnóstico inicial e encaminhamentos; diagnóstico aprofundado e atendimento; monitoramento e encerramento do atendimento (BRASIL, 2006). Esse protocolo é o orientador no atendimento do CRM – Patrícia Esber, entretanto a realidade de trabalho, sendo ela própria dinâmica e contraditória, é desafiadora e requer que esteja-se em constante análise e avaliação dos processos de trabalho. Pois, segundo a Norma Técnica:

O objetivo primário da intervenção é cessar a situação de violência vivenciada pela mulher atendida sem ferir o seu direito à autodeterminação, mas promovendo meios para que ela fortaleça sua autoestima e tome decisões relativas à situação de violência por ela vivenciada. (BRASÍL, 2006, p. 16).

Para melhor detalhamento das fases e sistemática de atendimento no CRM – Patrícia Esber apresenta-se a seguir a figura referente à metodologia de trabalho.

Figura 1: Fluxograma de atendimento no CRM Patrícia



Fonte: Coletivo Feminino Plural (2013)

O acolhimento inicial das usuárias que chegam até o CRM é realizado por uma auxiliar administrativa, a qual explicita os objetivos do atendimento e conta um pouco da história da criação do CRM e da história de Patrícia Esber já relatada neste trabalho. Observa-se que nesse primeiro momento as mulheres chegam até o serviço bastante fragilizadas pois a grande maioria acabou de passar pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e foi encaminhada até o CRM após ter relatado as violências sofridas para a escritã que realizou o Boletim de Ocorrência contra o agressor, que pode ou não conter uma representação criminal, a depender do tipo de violência sofrida e da escolha da mulher de iniciar processo ou não. Assim, muitas delas chegam chorando, bastante abaladas e logo são acolhidas de forma gentil e atenciosa por uma das trabalhadoras do CRM, o que se torna bastante significativo no contexto de fragilidades que acabam vivenciando:

1ª fase – recepção e informações gerais: Realizada pela equipe administrativa, que informa sobre o Centro de Referência e sobre a Rede de Atendimento. Além de esclarecer dúvidas, verifica o interesse da mulher em ter uma entrevista individual com a equipe do atendimento inicial. A mulher em situação de violência deverá ser informada dos propósitos da entrevista e assegurada de que não terá que se vincular ao atendimento após a entrevista, se assim não o desejar. (grifos no original). (COLETIVO FEMININO PLURAL, 2011, p. 15).

Assim o atendimento tem segmento através da acolhida pela equipe técnica formada por profissionais e estagiárias que atuam em regime de plantão. Em geral atendem uma assistente social e uma estagiária de serviço social e uma psicóloga e uma estagiária de psicologia, além da advogada que atende todas as demandas jurídicas das usuárias do serviço. Os atendimentos também podem ser mistos, com uma assistente social e uma psicóloga e as profissionais cada uma com uma estagiária de outra área. Nesse sentido houve muito aprendizado dentro do processo de estágio sobre as competências de cada profissão mas também uma dificuldade inicial de entendimento das atribuições específicas das profissões, conforme o diário de campo a seguir:

Respondo que inicialmente fiquei preocupada em não confundir o que uma técnica psi faz, suas percepções acerca dos sentimentos dessa usuária etc, o que eu teria que observar enquanto estagiária de serviço social (as demandas oriundas das expressões da questão social vividas pela usuária). A técnica psicóloga me diz que é importante eu saber que temos profissões com diferentes particularidades mas que eu posso sim, prestar atenção não somente nas demandas, mas também no que perpassa os sentimentos, a integralidade dessa mulher, pois será necessário que eu saiba ouvir,

ter uma escuta sobre o que as usuárias trazem; muitas vezes só o que elas querem é serem ouvidas. (AVILA, 2015, p. 02).

A entrevista nesse momento é o instrumento utilizado pelo Serviço Social para criar vínculo entre o serviço e a usuária, conhecer a história de vida dessa mulher, suas demandas sociais e principalmente avaliar quais riscos ela corre, saber qual o histórico de violências sofridas para então iniciar os encaminhamentos necessários para garantia de segurança da usuária e muitas vezes também a de seus filhos. Esse processo refere-se à segunda fase do atendimento:

2ª fase – diagnóstico inicial e encaminhamento: Consiste na atenção inicial à mulher, através do preenchimento completo da ficha de atendimento. É realizado, preferencialmente, por uma dupla de profissionais composta de assistente social e psicóloga. O objetivo deste atendimento é estabelecer uma relação de confiança e credibilidade entre o serviço e a mulher atendida; elaborar um diagnóstico preliminar do risco para a vida e saúde da mulher e de suas necessidades específicas; elaborar em conjunto com ela, um plano de atendimento personalizado que inclua os procedimentos de segurança, encaminhamentos para a rede de atendimento e acompanhamento a ser prestado pelo Centro de Referência. Nesta fase identifica-se onde a violência acontece: se em casa, no trabalho, na rua, em instituições, bem como suas formas (física, psicológica, patrimonial, moral, sexual). Utiliza-se de abordagem que permita as mulheres entender e indicar a natureza das violências sofridas, com perguntas abertas como, por exemplo, se o sexo é forçado, se o agressor quebra coisas em casa e outros sinais. No final deste atendimento inicial, a mulher é encaminhada para a recepção do serviço, para que marque em agenda o atendimento individual e/ou para receber informação detalhada sobre as formas de acesso aos serviços da Rede de Atendimento que eventualmente tenha sido orientada a procurar. Neste primeiro contato com o serviço, o foco principal é a prevenção contra a repetição dos atos violentos. (grifos no original). (COLETIVO FEMININO PLURAL, 2011, p. 15).

O trabalho do assistente social seguindo a direção de um projeto ético-político voltado para a superação das desigualdades, tem no campo dos direitos humanos e especificamente num Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência um papel importante na contribuição para o acesso aos direitos.

Para as mulheres vítimas de violência que são usuárias do CRM é essencialmente necessária a superação da situação de violência e risco, tendo essa demanda uma urgência no atendimento. O/a assistente social avalia o grau de risco que a mulher vítima de violência corre (se o agressor é o companheiro, se moram juntos, se tem filhos, se o agressor tem antecedentes criminais, há quantos anos essa mulher sofre violência...) e a partir disso é possível elaborar junto com a usuária, a partir também de outras necessidades e desejos que

ela possa vir a apresentar na entrevista inicial, estratégias que possibilitem maior segurança dessa mulher. Esses aspectos referem-se ao próximo momento da metodologia, denominada de:

3ª fase – diagnóstico aprofundado e atendimento: O objetivo desta fase é aprofundar o diagnóstico preliminar elaborado pela equipe de atendimento inicial, a fim de identificarem-se as demandas e questões a serem tratadas ao longo do plano de atendimento individualizado. É realizado por profissionais das áreas do serviço social, do direito e da psicologia. (grifos no original). (COLETIVO FEMININO PLURAL, 2011, p. 15).

Assim o profissional, em consonância com seu código de ética e as normativas que estabelecem os princípios e objetivos dos Centros de Referência, contribuirá para a garantia da proteção dessa mulher, acionando os serviços da rede necessários para tal, como por exemplo a Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência. Também com a avaliação de risco é possível traçar um plano de atendimento para que a usuária possa se fortalecer enquanto mulher e assim estabelecer novas redes de apoio para seguir sobrevivendo na sociedade em que vivemos, sociedade essa onde as inúmeras contradições entre capital e trabalho se expressam dando origem à violência e contribuindo para que a situação de agressão vivida por elas se perpetue.

Por isso a avaliação de risco e estratégias adotadas a médio e longo prazo perpassam pela necessidade de vinculação da mulher vítima de violência ao trabalho, seja na desvinculação da dependência econômica do agressor, seja no fortalecimento da autonomia. Entretanto, a grande demanda de atendimentos aliada a precarização presente nesses serviços, culmina em atendimentos baseados na avaliação do risco, na necessidade de proteger a usuária de novas agressões e possivelmente de feminicídio não conseguindo garantir de fato um vínculo maior entre usuária e serviço. Este aspecto está exemplificado na pouca adesão ao espaço destinado à problematização, discussão e organização das usuárias e suas demandas, denominadas de oficinas reflexivas, quais sejam:

d) oficinas reflexivas: espaço para que as mulheres vinculadas ao Centro de Referência possam, em grupo, ampliar a consciência sobre seus direitos, promovendo o autoconhecimento, favorecendo e possibilitando mudanças. Os grupos reflexivos são realizados conforme a demanda de atendimento, sendo planejados anualmente pela coordenação e equipe técnica. São facilitadas pelas

técnicas do Centro de Referência ou por pessoas convidadas. (grifos no original). (COLETIVO FEMININO PLURAL, 2011, p. 16).

Essas oficinas serão melhor discutidas no item 3.3 deste trabalho, com vistas a contextualizar a importância desse espaço dentro do serviço para a qualidade do trabalho ofertado às usuárias e para o trabalho do/da assistente social, como profissão que possui uma dimensão socioeducativa, o que também será tematizado no item 3.3.

As oficinas se relacionam diretamente com a fase final do atendimento, na qual a usuária é acompanhada através da participação nessas atividades e de ligações telefônicas e agendamentos de retornos para atendimentos, se necessário. Esta fase sofre também os impactos da precarização das condições de trabalho, uma vez que a demanda pelo atendimento inicial cresce e os casos mais antigos ficam relegados aos contatos realizados pelas estagiárias para saber se ainda há situação de violência, se há interesse da mulher retornar ao serviço por motivo de violência, mas não há condições para o acompanhamento qualificado de todas essas mulheres, tendo em vista a grande demanda de novos atendimentos e muitos casos gravíssimos.

Essa grande demanda significa, por um lado, que há uma busca das mulheres em sair da situação de violência, mas essa busca pode ou não significar uma mudança qualitativa na superação das violências sofridas. Por outro lado, sabe-se que a cultura machista e LGBTTFóbica age naturalizando a violência de gênero, fazendo com que mulheres de todas as identidades de gênero e orientação sexual sofram a vida toda com os vários tipos de violências, sem conseguir se desvencilhar da lógica do patriarcado. Por isso também a avaliação sobre o encerramento do caso e desligamento do serviço é uma questão complexa. Como medir “o fortalecimento de mecanismos psicológicos e sociais que tornem viáveis a autodeterminação da mulher”? (COLETIVO FEMININO PLURAL, 2011, p. 16), como avaliar, apenas através de uma ligação telefônica, a necessidade ou não de continuidade do acompanhamento? São questionamentos que convergem com as discussões feitas acerca da precarização da vida e do trabalho no sistema capitalista. Nesse horizonte registra-se o último momento do atendimento, sendo este:

4ª fase – monitoramento e encerramento do caso: cada mulher atendida no Centro de Referência é acompanhada por uma técnica, a qual mantém contato permanente, com visitas a auxiliar e contribuir para o cumprimento do planejamento elaborado

em conjunto com a mulher. A técnica mantém interlocução permanente com os demais equipamentos da rede, com o fim de garantir o atendimento integral à mulher, com envio de relatórios periódicos, reuniões para a avaliação da evolução dos casos atendidos e propositura de novas medidas ou procedimentos, se necessário. O desligamento do serviço de atendimento especializado somente se dará quando for verificada a superação de violência, o fortalecimento de mecanismos psicológicos e sociais que tornem viáveis a autodeterminação da mulher ou quando solicitado pela própria usuária. O Centro de Referência não promove sessões de mediação entre a mulher atendida e o agressor, que estão em papéis desiguais no que se refere ao exercício de poder pessoal. (grifos no original). (COLETIVO FEMININO PLURAL, 2011, p. 16).

Surgem a partir daí apontamentos sobre a necessidade do trabalho em rede, possibilitando o atendimento integral à mulher. Entendendo que os efeitos do trabalho integrado são muito mais amplos e positivos para a superação da espiral da violência se comparado a um trabalho fragmentado e vinculado à lógica produtivista e mecânica do capital. Entretanto é importante considerar que há limites no trabalho em rede, principalmente quando a rede não está capacitada para lidar com situações envolvendo violência de gênero, podendo reproduzir estereótipos e violências próprias da ideologia sexista, racista e LGBTTFóbica que sustentam o sistema capitalista.

Para além do atendimento individualizado e da relação com a rede, integram a metodologia de funcionamento do Centro de Referência reuniões periódicas de equipe, reuniões de supervisores, reuniões de rede, de estudos de casos, ações de busca ativa, visitas domiciliares, procedimentos de segurança e educação permanente. Sobre visita domiciliar, ressalta-se que:

dentre outros instrumentos técnico-operativos no âmbito do Serviço Social, possibilita conhecer de forma aprofundada a realidade social que os usuários vivenciam, e, a partir desses conhecimentos criar estratégias na direção da garantia de direitos da população. Mais do que uma forma de conhecer a realidade, a visita domiciliar carrega consigo possibilidades interventivas para muitos usuários que não possuem condições de acessarem os serviços das políticas públicas, ampliando o acesso a direitos para muitos sujeitos que vivenciam um contexto marcado por desigualdades sociais. (CLOSS, SCHERER, 2016. p. 12).

Em relação a esses itens é possível destacar que fazem parte de um esforço de constante qualificação do serviço, tanto em âmbito interno quanto no que diz respeito ao fluxo de atendimento estabelecido com a rede socioassistencial, de educação e saúde. Nesse sentido verificou-se a necessidade de uma educação permanente mais intensiva, que ocorra com todas

as trabalhadoras do Centro de Referência, para que se apropriassem de questões pertinentes ao trabalho, como o próprio conceito de violência de gênero. É importante destacar que as capacitações ocorriam esporadicamente por meio de atividades relacionadas ou promovidas pelo Coletivo Feminino Plural e a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, em espaços e horários que muitas vezes dificultavam a participação de todas as profissionais e estagiárias.

A partir da vivência naquele espaço sócio ocupacional percebeu-se um trabalho interdisciplinar pois a metodologia de atendimento é dinâmica e contribui para um olhar mais integral para com as mulheres. Verifica-se que há por parte da instituição um compromisso ético-político com a luta pelo fim da violência contra a mulher. Esse compromisso se materializa tanto nas campanhas, projetos e capacitações desenvolvidas pela instituição voltadas às temáticas em relação à violência de gênero, saúde da mulher, direitos reprodutivos e sexuais, quanto na metodologia de atendimento utilizada no CRM. Esse empenho em desenvolver atividades que contribuam para criação de estratégias no enfrentamento à violência contra a mulher é refletido no reconhecimento nacional que a instituição recebe pelo trabalho que desenvolve no município de Canoas com os diferentes projetos e campanhas.

A par desse compromisso há também impactos na saúde das próprias trabalhadoras do serviço que, por trabalharem cotidianamente com situações de violência e vulnerabilidade social em precárias condições de trabalho, acabam adoecendo, desenvolvendo sintomas como crises de ansiedade, adoecimento mental entre outros problemas físicos e psíquicos.

Para Franco, Druck e Seligman-Silva (2010), profissionais impedidos de exercer sua ética profissional adoecem de fato. Trata-se de uma dinâmica institucional que desencadeia desgaste e adoecimento físico e mental e que, no caso do assistente social, precisa ser mais bem conhecido, impondo-se o imperativo da pesquisa sobre a condição assalariada do assistente social e os seus impactos na saúde dos assistentes sociais. (RAICHELIS, 2011, p. 435).

A respeito das oficinas reflexivas, verificou-se a necessidade de efetivação destas, para uma maior vinculação das usuárias ao serviço e possibilidade de contribuição no processo de consciência sobre a situação de violência no qual o serviço se propõe a problematizar. Essas oficinas reflexivas ocorreram ao longo dos anos de implementação do serviço, sendo realizadas pela equipe de técnicas, entretanto devido ao aumento na demanda de trabalho, as oficinas foram sendo deixadas em segundo plano diante das múltiplas demandas.

A principal política social identificada na instituição é a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, mas entendendo que as mulheres são sujeitos integrais e por isso necessitam de atendimento integral, há relação com outras políticas como a da saúde, habitação, assistência social, de segurança pública, dentre outras. Percebe-se a relação de terceirização dos serviços como uma realidade que se faz cada vez mais presente no momento histórico em que vivemos. No contexto específico do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência Patrícia Esber, o Coletivo Feminino Plural, que é uma ONG, foi contratado pela prefeitura inicialmente por um período de nove meses para implementar o serviço. Após o período de nove meses houve uma nova contratação da mesma entidade pela prefeitura e assim sucessivamente. Apesar de o Coletivo Feminino Plural ter se mostrado comprometido com a implementação do CRM e com a qualidade no atendimento, é necessário pontuar a relação de terceirização dentro da sociedade capitalista.

Entende-se que o Estado vê na terceirização a forma mais propícia de se eximir da responsabilidade de garantir a qualidade no atendimento prestado às mulheres vítimas de violência. Verificou-se através de observações no campo que o serviço enfrenta dificuldades por não ter, por exemplo, um carro próprio para deslocamento de técnicas até as audiências, visitas domiciliares, entre outras atividades. O carro existe, mas questões burocráticas impedem que ele esteja disponível ao serviço. Para realizar as atividades, a prefeitura manda até o CRM um carro e um motorista, mas segundo observações há inúmeras complicações com relação à disponibilidade do mesmo. **Em relação aos procedimentos de segurança no CRM – Patrícia Esber, percebeu-se também que são insuficientes pois não há, por exemplo, uma saída de emergência em caso de incêndio ou um (a) segurança específico para o local.**

A terceirização dos serviços públicos torna-se a maneira encontrada pelo Estado de repassar o encargo ao terceiro setor acarretando a precarização dos mesmos. Sobre o processo de terceirização ressalta-se que:

Esta flexibilização gera, entre outros efeitos, a subcontratação, o controle mais rigoroso da força de trabalho, o desemprego, a precariedade mais elevada do trabalho feminino, a cooptação sindical e a captura da subjetividade do trabalhador, as quais passam a caracterizar uma nova realidade laboral. (SILVELLO, 2015, p. 38).

Assim as trabalhadoras do serviço, tanto pela forma de contratação – por regime de CNPJ como microempresas autônomas - quanto pela insegurança do contrato de trabalho estabelecido entre o Coletivo e a prefeitura - do qual dependem diretamente seus salários - vivem uma realidade de conflito. Essa insegurança de não saber se haverá nova contratação do Coletivo Feminino Plural ou se a prefeitura vai finalmente começar a realizar o movimento que deve ser feito (entre eles concursos públicos) para o processo de consolidação do projeto de implantação do CRM, faz com que tenha-se uma delicada e constrangedora situação entre as trabalhadoras técnicas e o Coletivo Feminino Plural, sempre que se aproxima o final da renovação do contrato da prefeitura com o Coletivo.

Além disso, outra situação decorrente dessa relação, é a que nos últimos tempos a demanda de mulheres vítimas de violência que chega até o CRM vêm aumentando, fazendo com que essas trabalhadoras fiquem sobrecarregadas, resultando estresse e cansaço físico, mental e emocional:

O Serviço Social foi regulamentado como uma “profissão liberal”. Dela decorrem os estatutos legais e éticos que prescrevem uma autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política à condução do exercício profissional. Entretanto o exercício da profissão *é tensionado pela compra e venda da força de trabalho especializada do assistente social*, enquanto trabalhador assalariado, determinante fundamental na autonomia do profissional. Eles restringem, em graus variados, a autonomia profissional na direção social desse exercício, com incidências na sua configuração técnico-profissional. (grifos no original). (IAMAMOTO, 2008, p. 127).

Assim é necessário que se compreenda o Serviço Social dentro da instituição CRM como profissão que vai trabalhar no sentido de contribuir para que as mulheres em situação de violência consigam acessar os seus direitos. Ao mesmo tempo, a profissional estará ela própria imersa numa relação de contradição e exploração em decorrência da venda de sua força de trabalho.

Realizar estágio obrigatório em Serviço Social num dos equipamentos que operacionaliza política de enfrentamento à violência contra a mulher, faz com que seja possível identificar que a realidade dos equipamentos da rede de atendimento, como Casas Abrigo, Delegacias de Polícia Especializadas e os próprios Conselhos que fiscalizam esses serviços, vêm ao longo dos anos sofrendo forte precarização. Com investimentos cada vez menores, a manutenção desses espaços se torna inviável e a qualidade do serviço ofertado

diminui, prejudicando o direito à proteção, atendimento qualificado, saúde e qualidade de vida das usuárias.

Nesse sentido é possível perceber qual papel o Estado cumpre dentro das políticas sociais. Com a reforma do Estado, ou “esgarçamento do papel do Estado” (SILVA, 2004, p. 140), percebe-se que há um deslocamento maior do âmbito estatal para o privado, transferindo a produção de bens e serviços (e os recursos públicos para tal) para agentes do setor privado. Assim criam-se legislações que vão repassar às pessoas jurídicas a função que seria do Estado, no acesso à esses bens e serviços.

No espaço sócio ocupacional **onde se realizou** o estágio há inúmeras precarizações devido a essa desresponsabilização do Estado pelas políticas públicas. Entre elas, destaca-se a falta de manutenção do espaço físico do serviço; fragilidade do contrato entre a referida ONG e a prefeitura; a contratação de técnicas como se prestassem assessoria enquanto empresa autônoma, não garantindo direitos trabalhistas a essas trabalhadoras; a falta de carro para visitas domiciliares; a falta de produtos básicos como papel higiênico; e a própria falta de profissionais para completar a equipe, que trabalha com o número mínimo de técnicas.

Por isso é necessário a luta diária contra a precarização da vida, retirada de direitos e morte de mulheres, nos espaços sócio-ocupacionais de trabalho dos/das assistentes sociais, nos locais de estudo e moradia, numa perspectiva de enfrentamento dos ataques do capital e avanço em novas conquistas. Assim contribuindo cada vez mais para a materialização do projeto ético-político da profissão. Esses aspectos estiveram presentes na construção e execução do projeto de intervenção em Serviço Social, o qual será discutido no próximo item do trabalho.

3.3. PROJETO DE INTERVENÇÃO - O SERVIÇO SOCIAL E AS DEMANDAS DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIAS: CONSTRUINDO FORTALECIMENTO E AUTONOMIA

Para compreender o processo de construção do projeto de intervenção em Serviço Social realizado no CRM - Patrícia Esber é necessário contextualizar que ao final do estágio I, após análise sócio-institucional, havia-se construído um projeto de intervenção voltado à formação e educação permanente da rede de serviços. No final do estágio II esse projeto foi

redirecionado para as atividades de educação permanente da equipe, se configurando um projeto de capacitação sobre as diretrizes de funcionamento dos CRM's a partir da Norma Técnica de Operacionalização dos CRM's no país. Entretanto, a efetivação tanto do primeiro quanto do segundo projeto não pôde ser realizada devido a questões institucionais. Essas questões se referiram às relações de poder estabelecidas no Centro de Referência, as quais limitavam por vezes a atuação das profissionais e das estagiárias. Como já discutido no item 2.3 o processo de “onguização” dos movimentos sociais e feministas acarreta contradições na reprodução de lógicas de hierarquias e centralização de decisões nos espaços onde se desenvolvem as atividades dessas organizações.

Então, após nova avaliação e levando em consideração as três dimensões da competência profissional (ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa) apreendidas ao longo do processo de estágio, foi possível investigar a realidade em movimento e desvedendar um novo objeto para a intervenção.

Ao identificar-se que a demanda profissional a ser trabalhada seria o espaço de discussão, de participação e reflexão coletiva das mulheres usuárias do CRM - Patrícia Esber, percebeu-se a importância de consolidar esse espaço que já existia no serviço em formato de oficinas reflexivas (grupos reflexivos). Iniciando o processo de construção de uma proposta de intervenção, pretendia-se contribuir no aprimoramento do serviço ofertado às mulheres vítimas de violência, visando a qualificação do mesmo a partir das demandas das usuárias. Além disso, buscou-se também contribuir para a visibilidade do Serviço Social e sua atuação no equipamento enquanto profissão que possui um direcionamento ético-político na busca pela efetivação de direitos sociais.

A necessidade de se construir um espaço de discussão para fomentar a participação social das mulheres vítimas de violência no próprio espaço do CRM - Patrícia Esber, embasou-se também nas prerrogativas estabelecidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2013). Esse documento tem como um dos princípios fundamentais a autonomia das mulheres no que se refere ao “poder de decisão sobre suas vidas e corpos [que] deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país” (BRASIL, 2013, p. 08). Além disso, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres tem como um de seus objetivos o fortalecimento da participação social na formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de

gênero e de combate a todas as formas de discriminação (BRASIL, 2013). Entende-se que o processo educativo de participação é:

(...) o processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta. Como tal é um processo que se desenvolve a partir do confronto de interesses presentes a esta realidade e cujo objetivo é a sua ampliação enquanto processo social. (SOUZA, 2004, p. 84).

Nesse sentido, o projeto estava de acordo também com um dos princípios fundamentais do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005) em relação ao “poder de decisão sobre suas vidas e corpos [que] deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país” (BRASIL, 2013, p. 08). A partir do entendimento da importância de contribuir para efetivação dessa participação no espaço construído para atender as demandas das mulheres vítimas de violência, viu-se a necessidade de que o Serviço Social contribuísse para potencializar o espaço das oficinas reflexivas, criando estratégias de intervenção que possibilitassem a garantia, por exemplo, de que as usuárias poderiam discutir suas demandas próprias, seus interesses, inclusive em relação ao CRM – Patrícia Esber.

Visava-se com o projeto contribuir também no fortalecimento da autonomia dessas mulheres, para que pudessem vir a sentir-se parte das lutas feministas, dentro de suas capacidades e potencialidades. Entende-se por autonomia das mulheres, o desenvolvimento das potencialidades, autodeterminação e autoconhecimento destas a partir de seus próprios desejos, anseios e realidades. Sabendo que os limites impostos pela sociedade capitalista para essa autonomia só poderão ser rompidos com a construção de nova sociedade e uma nova sociabilidade, onde não haja submissão/subalternidade de nenhum tipo. Entretanto, é necessário construir desde agora as bases para esta nova sociabilidade, contribuindo para o horizonte da emancipação humana. Considerava-se, portanto que o projeto estaria contribuindo não somente para alcançar uma efetivação do espaço de oficinas, onde as atividades em grupo pudessem possibilitar uma nova perspectiva para as mulheres atendidas, configurando-se num espaço de participação na consolidação do CRM – Patrícia Esber, mas também de autodeterminação destas mulheres para a participação política.

Estas mulheres buscavam o serviço num momento bastante difícil de suas vidas pois os ciclos, ou a espiral da violência, para muitas delas se configuravam principalmente em anos de sofrimento mental e físico. Assim, com o espaço dos grupos, buscava-se um momento de problematização da aparência da sociabilidade burguesa patriarcal e racista. Segundo Souza (2004) problematizar a aparência dos fenômenos é condição necessária para que a população descubra, de modo concreto, a realidade em suas múltiplas determinações, bem como modos de enfrentamento das desigualdades e processos subalternizantes vivenciados no cotidiano.

Com isso também esperava-se dar maior visibilidade para a importância do CRM – Patrícia Esber e suas ações enquanto espaço político, no atual momento da conjuntura política, onde direitos historicamente conquistados estão sendo retirados e há tantos retrocessos. Nesse sentido:

O processo reflexivo, característico das ações socioeducativas, se desenvolve no percurso que o assistente social faz com os usuários para buscar respostas para suas necessidades, imediatas ou não. Pauta-se no princípio de que as demandas que chegam às instituições, trazidas por indivíduos, grupos ou famílias, são reveladoras de processos de sujeição à exploração, de desigualdades nas suas mais variadas expressões ou de toda sorte de iniquidades sociais. Ele tem como objetivo a formação da consciência crítica. Esse objetivo somente se realiza à medida que são criadas as condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica sua própria concepção de mundo. Ou seja, que se façam sujeitos do processo de construção da sua história, da história dos serviços e das instituições e da história da sua sociedade. (MIOTO, 2014, p. 407).

O projeto de intervenção também pretendia contribuir para o fortalecimento da identidade profissional crítica do Serviço Social enquanto profissão que possui compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional, ao dar visibilidade às intervenções realizadas pelas assistentes sociais naquele espaço. Nesse horizonte,:

É preciso demonstrar "no tempo miúdo do trabalho cotidiano" (Yasbek, 2001), nas situações singulares com que nos defrontamos no exercício profissional — situações essas carregadas tanto de dimensões universais, quanto histórico- -particulares - a viabilidade do projeto ético- político do Serviço Social, seu potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, se transmitem em demandas sociais e profissionais. E avançar uma legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais,

reforçando a nossa identidade profissional. O desafio maior é, pois, traduzir o projeto ético-político em realização efetiva no âmbito das condições em que se realiza o trabalho do assistente social. (IAMAMOTO, 2012, p. 36).

A partir da intervenção esperava-se, que através da articulação das dimensões da competência profissional, em movimento no cotidiano das usuárias e trabalhadoras do CRM, haveria a potencialização do espaço de discussão já existente no serviço. O objeto do trabalho, delineado no projeto, foi delimitado como a “dificuldade da participação das mulheres vítimas de violência nas oficinas”, entendendo que a falta (ou pouca) participação das usuárias se referia a um contexto de violência e subalternidade em todos os âmbitos da vida ao qual essas mulheres estavam/estão expostas.

Para Yamamoto (1997, p. 109) participação social é entendida “como forma de expressão coletiva das classes subalternas: a explicitação social, cultural e política de suas necessidades e interesses, através do enfrentamento coletivo de situações de sua vida cotidiana”. O Serviço Social, enquanto profissão que possui dimensão socioeducativa, deve buscar fomentar a participação das/dos trabalhadoras nas lutas de sua classe. Segundo Lopes, Abreu e Cardoso (2015, p. 13):

A mobilização e a educação popular constituíram eixos centrais nas propostas técnicas-pedagógicas que respaldaram os avanços na construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social nos anos 1980, na sociedade brasileira, em um contexto de efervescência política e resistência à ditadura militar.

Nesse sentido, o projeto de intervenção proposto teve como objetivo geral contribuir no fortalecimento da autonomia e da participação social das usuárias do Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência, visando um aprimoramento no atendimento às demandas coletivas e/ou individuais dessas usuárias. Além disso, foram definidos como objetivos específicos: fortalecer o espaço de Oficinas Reflexivas já existente no serviço; potencializar a participação ativa das usuárias nas discussões acerca de suas demandas; contribuir para o fortalecimento - no sentido coletivo da palavra e não apenas individual - das usuárias enquanto sujeitos de direitos a partir da possibilidade de um espaço onde tenham voz para discutir e atuar em cima de suas pautas. Yazbek (2014, p. 685) ressalta que:

Historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, mas que lhes são inculcados como seus. Experienciam a

dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda a sociedade.

A metodologia do processo de intervenção teve como base teórica e prática a perspectiva materialista-histórica-dialética. Assim, através de uma análise crítica da realidade, para sua operacionalização, a proposta se ancorou, dentre outros documentos, no Código de Ética do Serviço Social, a na Lei de Regulamentação da profissão e em categorias centrais dos Fundamentos do Serviço Social, articuladas com estudos no âmbito do feminismo e das políticas sociais. Foram realizados espaços de discussão com as usuárias em formato de assembleias visando uma participação mais horizontal e aberta dessas usuárias e suas demandas em relação ao CRM - Patrícia Esber.

Entende-se que assembleia é um espaço de participação social utilizado historicamente pela classe trabalhadora na busca por sua auto-organização. Há diferentes formatos de assembleias construídas pelas mobilizações populares em seus diferentes tempos históricos e espaços de lutas. Utilizou-se na intervenção o modelo simples, onde podem ser trazidas questões pertinentes a um determinado grupo e deliberado encaminhamentos para serem realizados a partir da discussão. Assembleias são espaços onde geralmente articulam-se pessoas que têm algo em comum, seja a convivência de comunidade, condomínio, universidade, ou o elemento de frequentar um serviço - como é o caso das mulheres usuárias do CRM. Nesse espaço é possível ser discutido assuntos que dizem respeito à coletividade, onde se tiram ações que em geral visam resultados positivos para essa coletividade.

O projeto aqui relatado foi desenvolvido de abril de 2016 a julho de 2016, constituindo-se em quatro fases: sendo a primeira a elaboração e apresentação do projeto no espaço sócio ocupacional; a segunda fase, ligações para as usuárias convidando-as para as assembleias; a terceira fase, realização das assembleias, encaminhamento das deliberações e monitoramento do projeto; por fim, a última fase constitui-se no relatório final do estágio curricular obrigatório III.

Diante do exposto, a partir de conversa telefônica com as mulheres que já haviam participado de um algum espaço de grupo e convite para participação nas assembleias, sintetiza-se no quadro a seguir como realizaram-se as assembleias.

Tabela 2: Temas das assembleias, número de presentes e síntese do debate

TEMAS DAS ASSEMBLÉIAS	Nº MULHERES	SÍNTESE DA ASSEMBLÉIA
Participação social e Assembleias	03 usuárias e 02 estagiárias de Serviço Social UFRGS	Apresentação das pessoas presentes, introdução sobre o que é o projeto de intervenção de estagiária, porquê ele existe, quais objetivos. Discussão do conceito de assembleia e participação social e produção de cartaz. Dinâmica onde cada uma escreve numa folha de papel o que entende por esses conceitos, a partir de debate coletivo. Discussão das pautas trazidas pelo CRM e das pautas das mulheres presentes. Momento onde as mulheres falaram sobre suas demandas e propostas para o espaço, bem como uma avaliação do mesmo. Encerramento com síntese das discussões e avaliação do espaço. Elenca-se as principais demandas de acordo com urgência e viabilidade.
Discussão de pautas a partir das demandas das mulheres	03 usuárias; estagiária de Serviço Social e psicóloga do CRM.	Apresentação das pessoas presentes, introdução sobre o que é o projeto de intervenção de estagiária, porquê ele existe, quais objetivos. Retomada das discussões e encaminhamentos da assembleia anterior; tipos de grupos (aberto ao público/privado para as usuárias)> Propostas de temas. Avaliação das propostas de chamamentos para as assembleias.
Controle social	02 usuárias do CRM; representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) e estagiária de Serviço Social	Apresentação das pessoas presentes, introdução sobre o que é o projeto de intervenção de estagiária, porquê ele existe, quais objetivos. Continuidade das avaliações dos grupos e propostas para os próximos> Discussão sobre os espaços de participação social em Canoas (presença de representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher)> Avaliação geral do projeto de intervenção.

A primeira intervenção foi realizada no intuito de apresentar o projeto para a coordenação do CRM - Patrícia Esber e posteriormente em reunião de equipe para todas as trabalhadoras e estagiárias do serviço. Após essa apresentação, foram feitas ligações para todas as usuárias que foram encaminhadas para as oficinas reflexivas que ocorrem semanalmente no CRM - Patrícia Esber. O critério de convite deu-se a partir da avaliação das técnicas assistentes sociais e psicólogas sobre o perfil das usuárias para o encaminhamento desse espaço de oficinas que já existia, pensando na potencialização desse lugar e na acolhida de novas mulheres.

Os critérios se relacionaram com o momento em que as usuárias se encontravam no processo de rompimento com a espiral da violência e se elas já haviam ou não participado de algum grupo. Assim, optou-se por convidar as usuárias que já haviam participado dos grupos reflexivos nos últimos anos no serviço e que estavam com mais autonomia em relação às suas escolhas. Também é preciso a compreensão da totalidade social que envolve a realidade das usuárias e seus limites em relação à participação nos espaços. A partir das falas no contato telefônico, usuárias relataram que gostariam de participar pois consideram que o espaço de grupo é muito importante, entretanto, evidenciaram principalmente dificuldades econômicas e por serem as maiores responsáveis pelo cuidado familiar, não conseguem sair de casa para participar.

A proposta do projeto se deu no sentido de pensar com essas mulheres quais eram suas demandas e seus direitos dentro do espaço do CRM - Patrícia Esber. Na primeira assembleia discutiu-se o espaço dos grupos como direitos das mulheres no sentido de contribuir para o fortalecimento coletivo na superação da situação de violência, incidindo na qualidade de atendimento ofertado como direito das mulheres. As usuárias também ponderaram tal importância e trouxeram relatos sobre a importância desse espaço para elas: “É muito bom vir aqui e ouvir as outras, a gente aprende ouvindo” e “a gente se sente bem aqui” foram algumas das falas durante a assembleia.

Percebe-se que a realidade das mulheres usuárias do CRM - Patrícia Esber reflete o processo de subalternização das mulheres trabalhadoras, com uma baixa autoestima e insegurança para falar em público. Por isso a grupalização contribui para que se abram possibilidades de vínculos entre elas e a profissional e sintam-se confortáveis para participar da atividade. Segundo Souza (2004) a grupalização é o primeiro recurso utilizado no trabalho

com a comunidade, este vai se transformando em recursos de organização social e capacitação da população para o enfrentamento dos interesses imediatos e daqueles que vão se desvelando durante o processo de problematização.

Nesse sentido, discutiu-se com as usuárias os conceitos de participação social e assembleias, sobre o que elas entendiam por tais conceitos. Uma delas manifestou que assembleia é “conversar tudo o que a gente sente” e participação social é “lutar pelos direitos das pessoas que têm problema de saúde, respeito, preconceito, depressão.” Outra usuária refere que assembleia é “discutir temas” e participação social é “discutir direitos das pessoas, quais são seus direitos.” Assim, discutindo os conceitos a partir do saber popular, do que as usuárias entendem sobre como esses conceitos são vivenciados em seu cotidiano, o espaço possibilitou uma troca de conhecimentos, na medida em que esses conceitos foram articulados com o que se discute academicamente, buscando uma outra relação entre profissional e usuárias. Segundo Souza (2004) o cerne da questão pedagógica do processo de participação é a superação do cotidiano, superação da percepção parcial e mecânica da realidade. Portanto, para a autora, a participação social é o contrário do processo de dominação, de concentração de poder, para ela participação social é a distribuição do poder.

A partir das falas das mulheres foi possível identificar também a grande importância que o CRM - Patrícia Esber teve e ainda têm no processo de superação da situação de violência e fortalecimento pessoal das usuárias. Percebeu-se que esse lugar ocupa um importante espaço na vida dessas mulheres, possibilitando que o trabalho desenvolvido com elas se estenda também às suas famílias, através do fortalecimento individual de cada uma e da contribuição delas para o fortalecimento de outras e outros familiares no acesso à informação sobre os direitos sociais. A construção de um feminismo que contemple as demandas das mulheres trabalhadoras e suas famílias e comunidades, deve ter como pressuposto, como já mencionado, apoiar as resistências construídas pelas comunidades no enfrentamento às desigualdades. Nesse sentido:

Em diferentes situações precisamos expressar que caminhamos profissionalmente junto aos nossos usuários, “sem deixar de lado os que vão mais devagar”, levando em conta o papel estratégico da comunicação e da informação para mostrar que não se está só na luta. Nesse âmbito evidencia-se a relevância da dimensão cultura e política do exercício da profissão. (YAZBEK, 2014, p. 687).

Assim, ao final da assembleia, como encaminhamentos foram tiradas algumas propostas para o espaço de grupos nos próximos meses. Entre as propostas, surgiram temas de grupos que discutem a autoestima e de fortalecimento das relações. Abaixo as fotos que ilustram a atividade realizada e o cartaz fixado na sala de espera do CRM no intuito de divulgar as discussões das assembleias.

Foto 1: Primeira assembleia do projeto de intervenção



Foto: acervo pessoal de estagiária – possui autorização de divulgação de imagem.

Foto 2: Cartaz produzido na primeira assembleia do projeto de intervenção

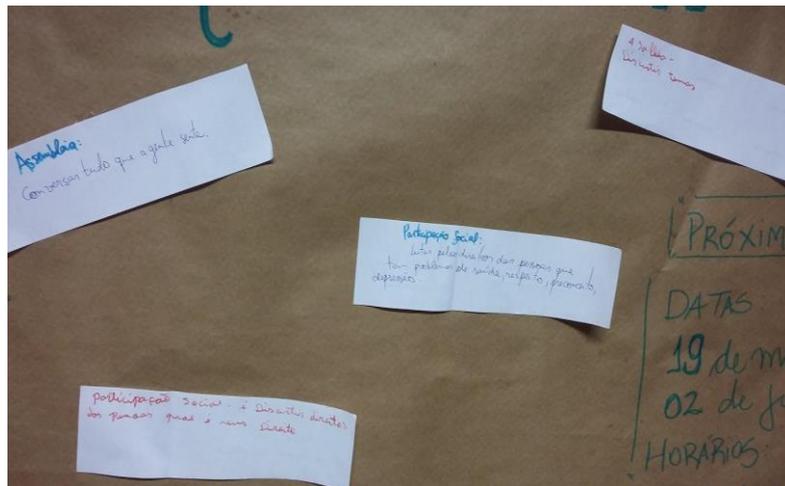


Foto: acervo pessoal de estagiária – possui autorização de divulgação de imagem.

Na segunda intervenção, a estagiária utilizou técnica da problematização, da discussão e da reflexão sobre os temas dos espaços de grupos no CRM - Patrícia Esber. Assim, após

discussão, cada usuária escreveu numa folha de papel - que foi colada num cartaz assim como na assembleia anterior -, o que gostaria de discutir nos próximos grupos.

Surgiram propostas de grupo sobre trocas de vivências após o rompimento da situação de violência – essa é uma demanda bem significativa para as mulheres que rompem com a espiral da violência e também muitas vezes com os vínculos e laços familiares. Outra proposta do grupo foi a discussão sobre a situação da mulher no país nos dias de hoje, ou seja, destaca-se que essa proposta reflete que há um grau de consciência sobre a necessidade de discussão sobre a conjuntura política do país. A seguir, ocorreu também a proposta de grupo sobre o tema da depressão, sobre as formas de enfrentar a doença e o preconceito. Registra-se que a usuária que propôs o tema disse que gostaria de saber como enfrentar a doença antes de seu agravamento, relatando para o grupo que não consegue entender o que é a doença.

Nesse sentido, a problematização e reflexão sobre a aparência dos fenômenos se fez presente na intervenção. Por exemplo, problematizou-se que a falta de acesso à informação sobre doenças como a depressão - ou mesmo as informações erradas sobre a doença - pode acarretar tanto um cenário onde a mulher não consegue buscar seus direitos ou quando busca é discriminada, sofrendo preconceito por parte de sua comunidade, pois o senso comum, a ideologia burguesa difunde que “depressão não é doença, é preguiça” no intuito de não reconhecer o adoecimento mental como parte do processo saúde-doença da/o trabalhadora/or. Essa questão é fruto da sociabilidade individualista, moralista e conservadora da classe dominante. Identificar as contradições desta sociedade, na busca pela construção de consciência de classe e feminista se torna tarefa necessária para o Serviço Social na medida em que:

(...) a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Isso porque, como sabemos, questão social é luta, é disputa pela riqueza socialmente construída. (YAZBEK, 2014, p. 686).

Assim, no seguimento das discussões, as usuárias também aprovaram as propostas das assembleias anteriores e avaliaram que os contatos telefônicos podem ser um bom meio de chamamento para as assembleias, pois as mulheres sentem-se acolhidas quando são lembradas e os grupos devem ser também abertos para outras usuárias da rede de enfrentamento à

violência. Ao final da assembleia realizou-se avaliação oral da proposta e do espaço que foi enfatizado pelas usuárias como um importante espaço de trocas. Abaixo as fotos que ilustram a segunda intervenção:

Foto 3: Cartaz produzido na primeira assembleia do projeto de intervenção

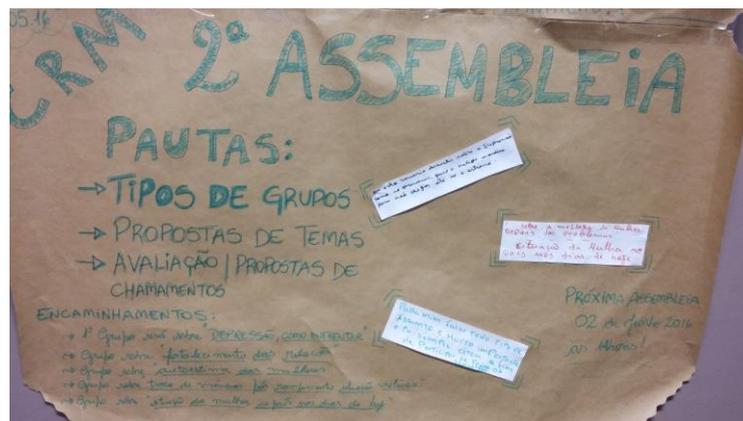


Foto: acervo pessoal de estagiária – possui autorização de divulgação de imagem.

A terceira e última intervenção iniciou-se com a apresentação das pessoas presentes. Sendo elas: Uma representante do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM), mulher A, mulher H, e estagiária de serviço social autora do projeto de intervenção que, após as apresentações, contextualizou as mulheres presentes sobre quais objetivos do espaço para aquela tarde, sendo eles a continuidade das discussões sobre as demandas das usuárias e também uma conversa sobre o que é Controle Social a partir da falta da representante do COMDIM.

Retomou-se as discussões feitas nas assembleias anteriores sobre os conceitos de participação social e assembleias, no sentido de interligá-los com o controle social das políticas públicas e seus espaços de efetivação. Nesse sentido conforme Lopes; Abreu; Cardoso (2015) a função pedagógica exercida pelos/pelas assistentes sociais assimila estratégias pedagógicas que se definem a partir dos projetos socioeducativos e de controle social das classes sociais e as reelaboram nas condições históricas do trabalho profissional em diferentes modalidades e perfis. Discutiui-se, portanto com a representante do COMDIM e as

usuárias do CRM – Patrícia Esber o que é controle social e o papel dos Conselhos e Conferências de Políticas para as Mulheres.

Entende-se controle social como sendo “uma importante ferramenta de democratização das organizações, busca-se adotar uma série de práticas que efetivem a participação da sociedade na gestão” (ROLIM; CRUZ; SAMPAIO, 2013, p. 141) entre elas a existência dos Conselhos e das Conferências, onde são discutidas as diretrizes para as políticas voltadas às mulheres. Observou-se que esta discussão estava bastante distante da realidade das mulheres usuárias do CRM – Patrícia Esber, que nunca tinham ouvido falar nesses conceitos ou mesmo sequer sabiam da existência desses espaços.

Entretanto, as usuárias gostaram da presença da representante do COMDIM, referiram que ela trouxe informações importantes, as quais elas nunca tiveram acesso, principalmente sobre a existência da Casa Lilás e os cursos que ela oferece. Assim, mesmo sendo um primeiro contato com o COMDIM, as mulheres puderam ouvir e tirar dúvidas em relação ao Conselho, funcionamento, horários de reuniões, sede. Identificou-se que a participação e controle social das políticas voltadas para as mulheres é diferente de outras políticas mais consolidadas, como por exemplo, a Política de Saúde com o Sistema Único de Saúde (SUS) que constituiu-se com um forte espaço de controle social. Um indício dessa diferença se dá no fato de que, segundo representante, o COMDIM não possui sede, ou telefone fixo e as reuniões não são abertas à participação de toda e qualquer mulher.

Na sequência da proposta da assembleia, as usuárias trouxeram demandas pessoais para discussão e buscou-se na intervenção mostrar a dimensão coletiva dessas demandas. Questionou-se quais temas poderiam englobar tais discussões e as usuárias propuseram então grupos de: fortalecimento pessoal, formas de enfrentar o preconceito, a discriminação por cor e classe social, formas de enfrentar o preconceito por serem mulheres divorciadas/separadas, saúde da mulher.

As usuárias avaliaram o espaço das assembleias e dos grupos existente no CRM – Patrícia Esber como um momento muito importante de trocas de experiência e fortalecimento das mulheres. Uma delas relata “recebi aqui um apoio incrível. Não tenho mais tanta necessidade de falar do passado, busco outros interesses, quero sair desse ‘eu’.”. É possível inferir que a força e determinação dessa usuária, aliada ao trabalho interdisciplinar e intersetorial, numa perspectiva feminista é que possibilitou que ela pudesse reconstruir seus

caminhos e olhar para o mundo com uma nova perspectiva. Mais uma vez destaca-se a importância da dimensão político-educativa do Serviço Social. Yazbek ressalta que:

Outro aspecto do nosso trabalho é apoiar as resistências cotidianas das classes subalternas em nossa sociedade. Conforme Boaventura de Souza Santos informa que as rebeldias tem que se encontrar a partir de baixo, de participação de todos, de todos os dias, substituindo relações de poder por relações e responsabilidades partilhadas. E quando nos referimos às relações de poder, não podemos excluir as relações profissionais com a população. (YAZBEK, 2014, p. 687).

Por fim, deu-se a última avaliação do espaço e do projeto como um todo. A partir do que foi retomado as avaliações sintetizam-se nas seguintes falas: “apoio incrível”; “também estou gostando”; “com quem tu vai ter vontade de falar? Não vai falar pra qualquer um! Somos discriminadas por muita gente!”; “as mulheres são muito sozinhas”; “me sinto à vontade”; “sempre temos retorno. Todos são muito bons. Eu não converso com ninguém o que acontece”; “me sinto à vontade”; “fui atendida com muito respeito”. As mulheres, em suas diferentes singularidades e experiências de mundo, mostraram pelas falas e atitudes durante o processo de intervenção, o grande valor que o acesso a direitos, principalmente o de viver uma vida sem violência - pelo menos aquelas relacionadas ao âmbito doméstico-familiar -, têm em suas vidas e na vida de suas famílias. Abaixo a foto que ilustra a terceira e última assembleia:

Foto 4: Terceira assembleia do projeto de intervenção



Foto: acervo pessoal de estagiária – possui autorização de divulgação de imagem

Percebe-se a partir do exposto que o espaço do grupo para as mulheres tem significativa importância no contexto de superação das violências e fortalecimento pessoal. As mulheres passam a se sentir mais confiantes em si mesmas quando dividem suas dores e formas de enfrentá-las bem como quando discutem o que querem para suas vidas.

O projeto de intervenção teve curta duração, em parte pelas mudanças ocorridas ao longo do processo, como já sinalizado no início deste item e em parte por ter se dado nas últimas semanas do estágio, também por questões institucionais. No entanto, este acena para uma perspectiva coletiva de trabalho entre equipe e usuárias na busca pelo fim da violência contra mulher. O projeto também teve uma grande relevância no processo de formação da autora, uma vez que possibilitou que se explorasse a dimensão político-educativa da profissão, dimensão que foi o motivo da escolha pela profissão de assistente social, pois se acredita que é nela que se aprende a lutar lado a lado com as usuárias e usuários das políticas sociais por uma sociedade livre de opressões e exploração, uma sociedade verdadeiramente emancipada.

CONCLUSÃO

A partir das reflexões deste trabalho, entende-se que o capitalismo na realidade brasileira se particulariza e se articula com o sistema de dominação-exploração do patriarcado e do racismo para potencializar a exploração da força de trabalho feminina, negra e indígena. Essas características se articulam ao contexto da sociedade de classes brasileira no chamado nó analítico entre gênero, raça/etnia e classe (SAFFIOTI, 2015), pois atuam para aumentar a exploração a que são submetidas mulheres trabalhadoras, em especial as negras e as descendentes indígenas.

A análise da superexploração das mulheres trabalhadoras brasileiras, compreendendo também a análise da violência contra as mulheres, situa-se no entendimento da Questão Social como as desigualdades e resistências sociais fruto da contradição entre capital e trabalho, apreendida de forma ampliada, não apenas em sua forma econômica *stricto sensu*. Ou seja, a “questão social” envolve uma “*arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas*” (grifos no original) (IAMAMOTO, 2008, p. 119).

O eixo analítico “Gênero, classe social e raça/etnia” revela mediações estruturantes da sociabilidade burguesa, sendo a violência de gênero/violência contra a mulher, fruto da sociedade patriarcal-racista-capitalista cujos índices de feminicídio e racismo contra as mulheres são extremamente preocupantes, visto que são naturalizados na sociedade capitalista que banaliza a morte e naturaliza a violência racista. Cisne (2015) reflete que existe um processo denominado sexagem, que priva as mulheres da condição de sujeito, as situa numa condição onde são espancadas, humilhadas e mortas com consentimento social.

Nesse processo, a subalternidade vai configurar uma vivência submissa das mulheres, onde a ideologia sexista é a ferramenta que inferioriza as mulheres, busca dominá-las para que atendam mais facilmente aos interesses de exploração nos planos cultural, político e econômico.

Assim, a subalternidade, sendo expressão da Questão Social, só poderá ser superada com a erradicação da sociedade de classes, embora seja possível desvendá-la e enfrentá-la no movimento contraditório das relações sociais no modo de produção capitalista, contribuindo para os processos de luta e protagonismo social que conformam as resistências sociais. Para tanto, é necessário a construção de novas bases para a produção da vida, onde as raízes das

desigualdades e violências encontradas hoje na sociedade sejam eliminadas. Defende-se, assim, um feminismo classista, que disputa um projeto societário onde não exista espaço para a exploração-dominação de alguns em detrimento da maioria, processo que articula-se com as dimensões teórico-metodológica e ético-política dos Fundamentos do Serviço Social a partir da matriz dialético-crítica.

A luta por um projeto societário antirracista, antipatriarcal e anticapitalista é necessária às mulheres e homens da classe trabalhadora. Assim sendo, a construção de alternativas de resistência e de consciência de classe é fundamental para o horizonte da emancipação humana. Em toda a história da luta de classes as mulheres tiveram um importante papel, como evidenciado neste trabalho.

Atualmente vivencia-se um período de crise do capitalismo onde diversas conquistas da classe trabalhadora estão sendo extintas. Há nesse período a necessidade da burguesia retomar suas taxas de lucros, ocorrendo então ao aprofundamento maior e mais rápido da precarização da vida da classe que produz a riqueza do país. Portanto, a necessidade da luta feminista e anticapitalista com uma direção política autônoma, surgida da base das lutas das mulheres, independente a partidos que visem cooptar e/ou dirigir as lutas, governos e patrões, se faz urgente e necessária.

A luta pela consolidação e existências dos serviços que buscam viabilizar condições para o rompimento da espiral da violência é também urgente e necessária. Nesse cenário, articula-se o Projeto Ético-Político do Serviço Social com um projeto societário vinculado à luta pela superação das classes sociais, com movimentos que partilham de sua direção social na construção de lutas coletivas na sociedade brasileira, processo que é constitutivo da identidade crítica da profissão na atualidade. Essa perspectiva se encontra no trabalho do assistente social na dimensão político-educativa, voltada para a construção de processos emancipatórios a partir de intervenções que desvendem a subalternidade, socializem informações sobre direitos e políticas sociais, que possibilitem a apreensão da dimensão coletiva das demandas e necessidades sociais vivenciadas pela população usuária. Evidenciou-se por meio deste trabalho que é necessário também que se busque compreender como o sistema patriarcal-racista-capitalista opera nas condições objetivas e subjetivas das mulheres trabalhadoras para que se possa desenvolver um trabalho coerente com o horizonte ético-político da profissão, desvendando inclusive como as mediações de gênero incidem no

próprio Serviço Social, na sua inserção na divisão sociotécnica do trabalho e compreensão dos/das assistentes sociais como trabalhadores/as.

Assim, através da defesa dos direitos das mulheres, por meio da luta feminista, busca-se a inserção nos espaços sócio ocupacionais, levando em consideração a dimensão socioeducativa da profissão. O trabalho do/da assistente social seguindo a direção de um projeto ético-político voltado para a superação das desigualdades, tem no campo dos direitos humanos e especificamente num Centro de Referência para Mulheres Vítimas de Violência – Patrícia Esber um papel importante na contribuição para o acesso aos direitos como evidenciado a partir do projeto de intervenção.

O trabalho em rede e interdisciplinar, possibilitando o atendimento integral à mulher, contribui para que as usuárias rompam definitivamente com a espiral da violência. Além disso, a partir da intervenção realizada, o Serviço Social contribuiu para desvendar a realidade e construir alternativas juntas às usuárias do CRM - Patrícia Esber no enfrentamento à violência, pois conforme Souza (2004), reitera-se, problematizar a aparência é condição necessária para que a população descubra, de modo concreto, sua realidade e seus modos de enfrentamento.

Assim, após estas reflexões e todas as vivências obtidas durante o processo acadêmico, é possível concluir que a discussão e inserção dos /das assistentes sociais nos processos de lutas das mulheres trabalhadoras é imprescindível para que estejamos enquanto profissão no caminho da superação da sociedade capitalista. Aprendemos muito enquanto profissionais quando lutamos ao lado das e dos nossos iguais, irmãs e irmãos de classe, que sofrem inúmeras desigualdades e se mantêm firmes nas suas lutas diárias, nas suas sábias lições de vida e de força, que nos motivam a seguir trabalhando e lutando em prol de mundo melhor, mesmo com todos os desafios e contradições que conformam a atual conjuntura brasileira.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Carla Farias; ALVES, Ana Karina da Silva. In: **Seminário Cetros: Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. 4., 2013, Fortaleza. Anais. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2013.

AVILA, Fernanda Zeni de. **Relatório de Estágio Obrigatório em Serviço Serviço Social III**. UFRGS. Porto Alegre. 2016.

BARROCO, Maria Lúcia S.. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-208, 2011.

BARSTED, Leila Linhares; PITANGUY Jacqueline (org.). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA. Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Lei 11.340 de 2006, **Lei Maria da Penha**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 07 nov. 2017.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência**. Brasília, 2006.

_____. Portal Brasil. **Conheça as principais lutas e conquistas das mulheres**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres>>. Acesso em 08 dz. 2017.

_____. Secretaria de Política para Mulheres. **Plano Nacional de Política para Mulheres**. Brasília: Secretaria de Política para as Mulheres, 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

_____. Lei 13.104/2015, **Lei do Feminicídio**, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm>. Acesso em 07 nov. 2017.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho da Mulher no Brasil: tendências recentes. In: SAFFIOTI, H.I.B. e MUÑOZ-VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; NIPAS: Brasília (DF): UNICEF, 1994.

CISNE, Mirla. Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 138-154,

2015. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2015v18n1p138>>. Acesso em 07 nov. 2017.

_____. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CLADEM. Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher. **Questão de vida: balanço regional e desafios sobre os direitos das mulheres a uma vida livre de violência**. Lima, 2000.

CLOSS, Thaísa Teixeira; SCHERER, Giovane. **A visita Domiciliar no Trabalho do Assistente Social: Desafios em Tempos de Crise e Conservadorismo**. In: Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família e Seminário Nacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: crise, conservadorismo e resistência. 3., e 1., Porto Alegre, 2016. Anais. Porto Alegre, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. 1ª ed. ampliada. 2012

_____. **Código de ética do serviço social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed., Brasília, 2012.

_____. **Código de ética do serviço social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed., Brasília, 2012

CORREIA, Ana Paula de Santana. O Estudo da Violência de Gênero e sua Intersecção com Raça e Classe Social. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10., Florianópolis, 2012.

DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa; CISNE, Mirla. Trabalhadora não é o feminino de trabalhador: superexploração sobre o trabalho das mulheres. In: **Argumentum**, v. 9, n. 1, p.75-88, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18315/argum..v9i1.13722>>. Acesso em 07 nov. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ERUNDINA, Luísa. Análise do contexto socioeconômico e político no Brasil na década de 1970 e suas implicações para o Serviço Social. In: **CFESS; 9º CRESS; ABEPSS; ENESSO (org.)**. Brasília (DF): CFESS, p. 107-119, 2009.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p. 40-64, 2010.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Plano Plurianual 2016-2019**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/11104517-ppa-20162019-lei-14-755.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

GURGEL, Telma. Feminismos no Brasil contemporâneo: Apontamentos Críticos e Desafios Organizativos. In: **Temporalis**, Brasília (DF), n. 27, p. 57-76, 2014.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Marilda V.. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Marilda V. Mundialização do capital, "questão social" e Serviço Social no Brasil. In: **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 21, p.117-139, 2008. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8j7F236BNGDj5r5811Ax.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

_____. Marilda V. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Marilda V. In: **Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão**. 1ª ed. Brasília, 2012.

_____. Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed., São Paulo: Cortez, 2014.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <[JORNAL ESQUERDA ONLINE. **Mapa da violência 2016: corpos jovens e negros em estatística**. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2016/08/26/mapa-da-violencia-2016-corpos-jovens-e-negros-em-estatistica/>>. Acesso em 08 dez. 2017.](http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430460&idtema=132&search=ri-o-grande-do-sul|canoas|sistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010.>>. Acesso em: 30 mai. 2017.</p>
</div>
<div data-bbox=)

LOPES, Josefa Batista et al. Estratégias de intervenção em serviço social na perspectiva emancipatória na atual fase do capitalismo. In: **Revista de Trabajo Social - Fch – Uncpba**, n. 13, p. 06-18, jul., 2015.

LISBOA, Teresa Kleba; PINHEIRO, Eliane Aparecida. A Intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. **Katálisis**, Florianópolis, p.199-210, 2005.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. **Os Economistas**. Apresentação de Paul Singer. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Régis de Castro Andrade e Dinahr de Abreu Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **A Sagrada Família**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Para a crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MIOTO, Regina Célia. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Santa Catarina, p. 407-512, dez., 2014.

NASCIMENTO, Germana Aguiar Ribeiro do et al. Panorama atual de proteção do direito à terra das comunidades quilombolas e desafios futuros. In: **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 3, p. 432-447, jul./set, 2016. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/293>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político Profissional. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**, Brasília, 1999.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO. **A origem socialista do dia da mulher**. 7. ed. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO ETHOS. **O compromisso das empresas com a valorização da mulher**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. Classes Sociais e reformismo social: estratégia de conciliação entre capital e trabalho. In: **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 8, n. 15, p. 151-172, 2013.

ORR, Judith. Marxismo e Feminismo Hoje. In: **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 27, p. 132-143, 2. sem., 2011

PROJETO MEMÓRIA NÍSIA FLORESTA. **Pelo direito de votar: a primeira luta feminista.** Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/NisiaFloresta/index.html>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

QUEIROZ, Fernanda Marques; DINIZ, Maria Ilidiana. Serviço Social, Lutas Feministas e Violência Contra a Mulher. In: **Temporalis**, Brasília (DF), n. 28, p. 95-112, 2014.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set., 2011.

RIBEIRO, Mônica. Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência contra mulheres. In: **Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, 1., 2010, Londrina. Anais. Londrina, Universidade Estadual de Londrina, 2010.

ROLIM, Leonardo Barbosa et al. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. In: **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 139-147, 2013.

ROSALIO, Silvia Deise. Hegemonia e educação: proposta gramsciana de superação da subalternidade. In: **International Gramsci Journal**, v. 2, n. 1, p. 226-249., 2016,

SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e realidade.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Cecília Macdowell. Da Delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Lutas feministas e políticas públicas sobre violência. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Coimbra, n. 89, p. 153-170, 2010. Disponível em: <<https://rccs.revues.org/3759>>. Acesso em 07 nov. 2017.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da "questão social" no Brasil: mediações para seu debate na "era" Lula da Silva. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p.430-448, jul./set., 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n111/a03.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: **Geographia**, ano. 1, n. 1, 1999.

SILVA, Ademir Alves da. A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Suzana Veleda da. Os estudos de gênero no Brasil: Algumas considerações. In: **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n. 262, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SILVELLO, Bruna Leidens Correa. **Terceirização, Capital e Estado: uma abordagem crítica das consequências para a classe trabalhadora**. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre, 2015.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. 8 ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TENÓRIO, Emilly Marques. O "protagonismo" das mulheres nas políticas e programas sociais nos governos Dilma. In: **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 61-74, 2017.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. São Paulo: Edufal, 2005. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf>. Acesso em: 20 set. 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. FLACSO Brasil, 1ª edição. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Acesso em 10 mai. 2017.

WOITOWICZ, Karina Janz. Intercom. A violência contra a mulher na pauta da imprensa feminista - Traços de uma trajetória de lutas e conquistas do Movimento de Mulheres no Brasil, entre os anos 1970/80. In: **Congresso Nacional de História da Mídia**. 5., 2007, São Paulo. Anais. São Paulo, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/5o-encontro-2007-1/A%20violencia%20contra%20a%20mulher%20na%20pauta%20da%20imprensa%20feminista%20-%20Tracos%20de%20uma.pdf>>. Acesso em 08 dez. 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza e exclusão social: expressões da Questão Social no Brasil**. Temporalis, Brasília, 3. ed., 2001.

_____. A dimensão política do trabalho do assistente social. In: **Serviço Social**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez., 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/05.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

